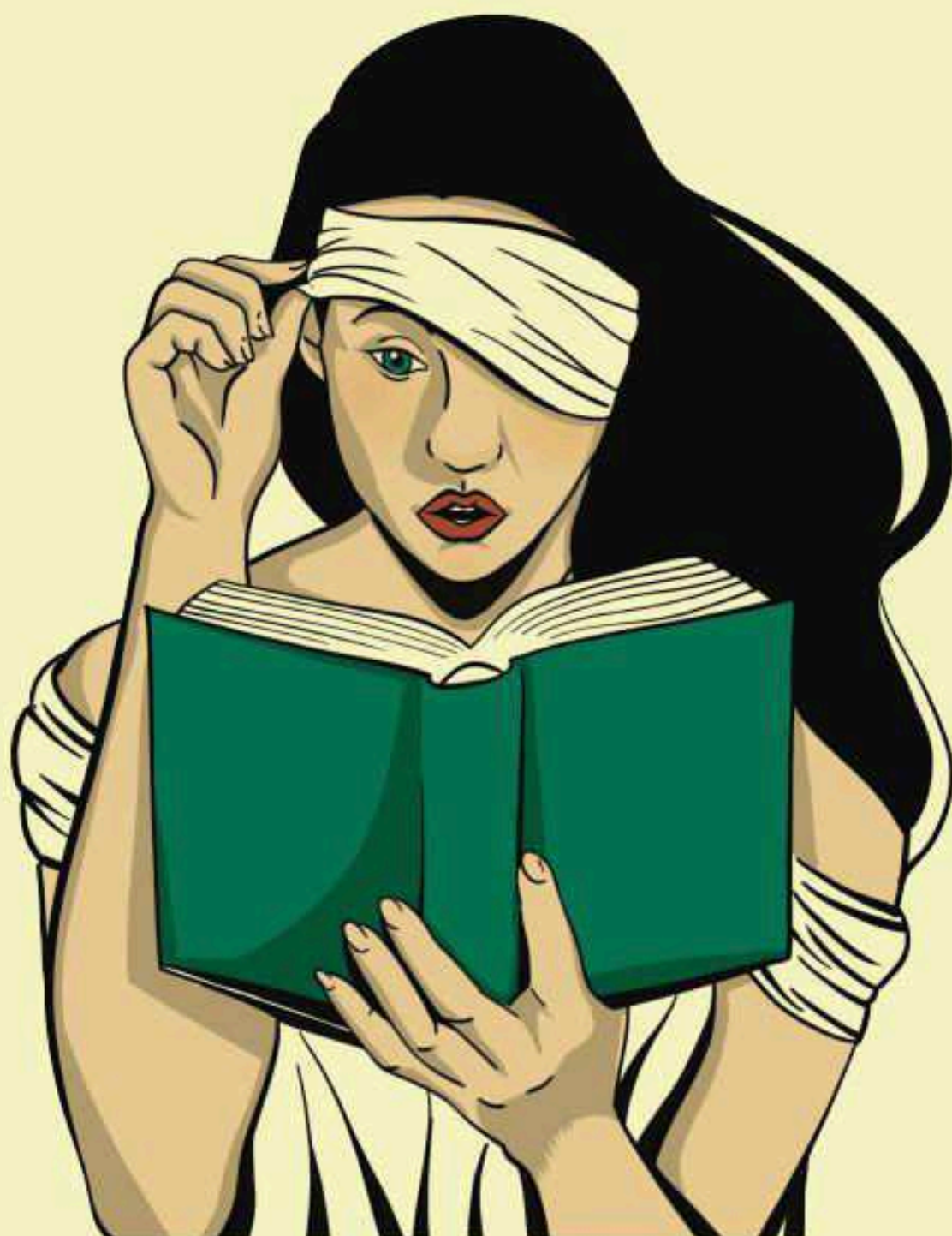


CONTOS MINISTERIAIS

COLETÂNEA DE HISTÓRIAS E VIVÊNCIAS



CONTOS MINISTERIAIS

Coletânea de Histórias e Vivências



CONTOS MINISTERIAIS

Coletânea de Histórias e Vivências

AUTORES:

Alayde Teixeira Corrêa

Antônio Lopes Maurício

Armando Brasil Teixeira

Arlindo Jorge Cabral Júnior

Benedito Wilson Corrêa de Sá

Daniel Menezes Barros

Daniela Souza Filho Moura

Daniele Maria dos Santos Dias

Elaine Carvalho Castelo Branco

Erick Ricardo de Souza Fernandes

Estevam Alves Sampaio Filho

Francisco Barbosa de Oliveira

Franklin Lobato Prado

Helena Maria Oliveira Muniz Gomes

Hélio Rubens Pinho Pereira

Iolanda Brasileiro Parente

Marcelo Batista Gonçalves

Márcio de Almeida Farias

Nadilson Portilho Gomes

Ociralva de Souza Farias Tabosa

Ricardo Albuquerque da Silva

Suely Regina Ferreira Aguiar Catete

Tatiana Ferreira Granhen

Wanda Luczynski

Sumário

Prefácio	5
A Margarida marinheira de primeira viagem nas águas do Marajó	
- Por Elaine Carvalho Castelo Branco	7
Era estelionato...	
- Por Ociralva de Souza Farias Tabosa	10
Dar sopa ao boto	
- Por Marcelo Batista Gonçalves.....	12
Júri misterioso	
- Por Alayde Teixeira Corrêa.....	14
Olho de Gato	
- Por Ricardo Albuquerque da Silva.....	17
Desventuras ministeriais	
- Por Arlindo Jorge Cabral Júnior	19
O Livro de Ouro	
- Armando Brasil Teixeira.....	23
Trocas Perigosas	
- Por Daniel Menezes Barros.....	25
O Duelo	
- Por Helena Maria Oliveira Muniz Gomes.....	28
A providência Divina	
- Por Hélio Rubens Pinho Pereira.....	30
Florisbela de Jesus e Pedro das Dores	
-Por Nadilson Portilho Gomes.....	34
Desesperar jamais	
- Por Iolanda Brasileiro Parente.....	41
A Chuva e o Choro	
- Por Iolanda Brasileiro Parente.....	43
As pupunhas da discórdia	
- Por Iolanda Brasileiro Parente.....	45
Viagem inaugural	
- Por Wanda Luczynski.....	47

O pescador e os cacuris	
- Por Daniele Maria dos Santos Dias.....	55
Cada promotor tem o réu preso que merece...	
- Por Daniela Souza Filho Moura.....	57
O libertador de almas	
- Por Márcio de Almeida Farias.....	62
Júris, sonhos e emoção...	
- Por Erick Ricardo de Souza Fernandes.....	66
Que nada escandalize o seu coração	
- Por Erick Ricardo de Souza Fernandes.....	68
Façamos o bem enquanto ainda há tempo	
- Por Erick Ricardo de Souza Fernandes.....	70
Conexões, perdão e Justiça!	
- Por Erick Ricardo de Souza Fernandes.....	72
Tentativa de Suborno	
- Por Francisco Barbosa de Oliveira.....	74
O Promotor e o comerciante	
- Por Estevam Alves Sampaio Filho.....	84
A Voz da Cidadania	
- Por Franklin Lobato Prado.....	88
O Fórum mal-assombrado	
- Por Tatiana Ferreira Granhen.....	90
A natureza e a vergonha	
- Por Suely Regina Ferreira Aguiar Catete.....	92
A Música do Vizinho	
- Por Benedito Wilson Corrêa de Sá.....	95
Um fato histórico importante	
- Por Benedito Wilson Corrêa de Sá.....	97
Um recado do além	
- Por Antônio Lopes Maurício.....	99
Dados Técnicos.....	103

Prefácio

Caro leitor (a):

Em mais de duas décadas de serviços ao Ministério Público do Estado do Pará, tive a felicidade de participar, conviver e sobreviver a diversos fatos interessantes narrados por colegas ao longo de suas jornadas ministeriais e que merecem ser contados.

Nesse período, em nossos eventos associativos ou mesmo em conversas informais, nossos associados passaram horas agradáveis contando sobre momentos interessantes e inusitados que vivenciaram em suas carreiras.

Foi depois de ouvir tantos e tantos "causos" que surgiu a ideia de publicar um livro que contasse essas vivências dos membros do Ministério Público do Pará. Dessa forma podemos eternizar essas histórias e compartilhá-las com mais pessoas.

Este livro é uma coleção de histórias e experiências compartilhadas pelos membros do Ministério Público do Pará. Cada história é única e oferece uma visão fascinante do trabalho que é realizado nas promotorias, sobretudo no interior do Estado. Os "causos" são contados com humor, emoção e, às vezes, até mesmo com um pouco de suspense.

Ao ler a obra, você terá a oportunidade de conhecer melhor o trabalho do Ministério Público do Pará e os desafios enfrentados pelos membros do MP em suas atividades diárias. Também terá a chance de se divertir com as histórias engraçadas e emocionantes que são contadas.

Espero que este livro possa inspirar outros membros do Ministério Público a compartilhar suas próprias histórias e experiências. Também espero que este livro possa ajudar a aumentar a conscientização sobre o trabalho importante que é realizado pelo Ministério Público do Pará.

Como presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Pará (AMPEP), é uma honra poder escrever o prefácio deste livro, que espero ser apenas o primeiro de outros que virão e que vão nos contar muitos "causos" que já aconteceram ou estão por acontecer.

Boa leitura!

Alexandre Tourinho

Presidente da AMPEP

"A Margarida marinheira de primeira viagem nas águas do Marajó"

(por Elaine Carvalho Castelo Branco)

Margarida estava tão feliz, pois havia realizado o maior dos seus desejos, que era trabalhar na função que sempre sonhou.

Entretanto, ela não imaginava o quanto seria maravilhoso trabalhar e ao mesmo tempo conhecer culturas e costumes diferentes de um grande estado como o do Pará lá pelos idos anos 80.

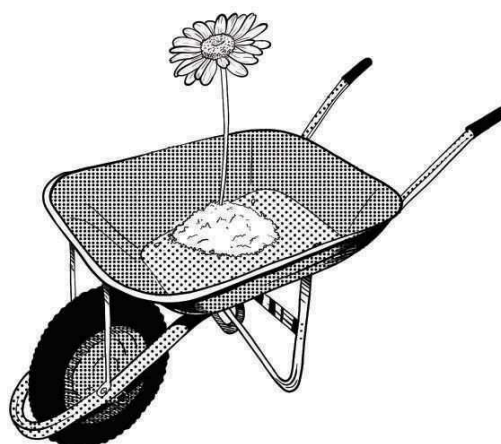
A primeira cidade que conhecera ao assumir suas atividades foi uma próspera (para os padrões amazônicos) cidade no sul do Estado do Pará, onde ela pode se hospedar em um aprazível hotel, fazendo daquele lugar a sua residência.

Agora iria para a sua segunda cidade. E ela nem podia imaginar o que seria o outro lado do Pará, conhecer a maior ilha fluviomarítima (cercada por rio e mar) do mundo. A paradisíaca ilha do Marajó. E lá se foi Margarida.

Margarida costumava levar a vida com leveza e nada a assustava ou preocupava. Ela estava feliz. Iria conhecer e trabalhar em um lugar cercado dos encantos da natureza. Ela passou um dia inteiro preparando sua mala com tudo que ela imaginava ser suficiente para a primeira semana de trabalho.

Margarida tinha o hábito de usar meia calça, daquelas bordadas e algumas coloridas, combinando com sua roupa.

E ela escolheu com cuidado quatro dessas meias e dois sapatos bem bonitos que pudessem completar o visual. Colocou seus melhores conjuntos de blazer e saia, afinal iria assumir suas funções e



queria estar condizente com tanta alegria. Colocou seu pequeno porta-joias com um anel de pedra e seu conjunto de brinco e colar de pérolas.

— Precisa de tudo isso Margarida? Perguntou sua ranzinza querida avó.

— Precisa sim, vovó! Respondeu.

E lá se foi Margarida... Ligou para a colega de trabalho e perguntou:

— Que horas vai sair a viagem?

— A viagem não tem hora pra sair! Respondeu sua colega.

— Como não? Indagou Margarida.

— Tem que saber o horário da maré. Mas pode deixar que eu aviso. Completou a colega.

Margarida foi descansar e acordou sobressaltada com o telefonema de sua colega Florisbella.

— Vem logo que o barco vai sair dentro de uma hora, mas eles esperam a gente.

Margarida colocou um vestido simples e um sapato de salto médio e partiu para o porto.

Ao chegar no local de embarque, Florisbella, que usava uma surrada calça de malha e um chinelo de dedo - e não costumava poupar ninguém de seus comentários -, arregalou os olhos e perguntou:

— Você vai assim?

Sem entender nada, Margarida olhou ao seu redor e percebeu que era a única de vestido, com exceção de uma senhora de uns 80 anos, que seguia amparada por filhos e netos, se equilibrando nas tábuas que serviam de ponte para entrar no barco.

Margarida, que achava que não tinha medo de nada, teve nesse momento o primeiro "frio na barriga".

Como iria subir na embarcação por meio de um trapiche quase improvisado, de vestido e sapato de salto alto? Os outros passageiros devem, nesse momento, ter tido a certeza de era realmente sua primeira vez nessa viagem.

Ela, que cresceu no meio de sua avó com raízes indígenas, não pensou duas vezes: Tirou o sapato e colocou na bolsa e seguiu descalça.

Mas tinha ainda a sua mala. E ali também ninguém usava mala.

Todos carregavam sacolas grandes e roupas confortáveis dentro delas. Margarida era a única que levava uma mala. E a mala era grande.

O seu Zé, gentil tripulante da embarcação, vendo a apreensão da Margarida se dispôs a ajudar.

— Deixe dona menina que carrego suas coisas, mas não traga mais mala, não.

Margarida sorriu aliviada. Dessa ela se livrou.

Ela era a Margarida de Nazareth, devota de Nossa Senhora de Nazareth, que nunca lhe desamparou.

Margarida estava contente, afinal, seria a sua primeira viagem de barco. E ela aproveitou...

Depois de sete horas, finalmente chegaram ao destino. Ao desembarcar, descalça, segurando seus pares de sapato em uma das mãos e uma garrafa de água na outra, perguntou à Florisbella:

— Como chamamos o táxi agora?

Florisbella quase engasgou nesse momento.

— Táxi? Tá doida Margarida? Aqui quase tudo é rua de chão. Carro é luxo. Isso quando está seco e algum "barão" consegue tirar o seu da garagem.

Então, apontando para uma fileira de homens com seus carrinhos de mão, disse:

— Lá está o nosso táxi.

Escolha o melhor carrinho de mão e peça pra virem pegar essa tua mala, que já estou achando que ela nem tem alça.

Florisbella não tinha "papas na língua". Dizia mesmo o que lhe vinha na cabeça.

Mas, ela tem razão, pensou Margarida, já idealizando como seria a sua mala e seus trajes na viagem da próxima semana.

"Era estelionato"

(Por Ocivalva de Souza Farias Tabosa)

Em uma dessas tardes quentes de um verão pegando fogo na Comarca de "Urubulândia", na sala de espera à frente da Promotoria de Justiça situada no Fórum da cidade onde via-se um número considerável de pessoas a serem atendidas. De repente, chegou ao local o Sr. Milho Nário, comerciante próspero da cidade, numa cadeira de rodas todo machucado, no corpo não sobrava lugar que não tivesse um ferimento edemaciado.

Cabo Leôncio, que dava segurança ao Ministério Público, ao ver a situação do Sr. Milho, de imediato, o conduziu até a Promotoria de Justiça.

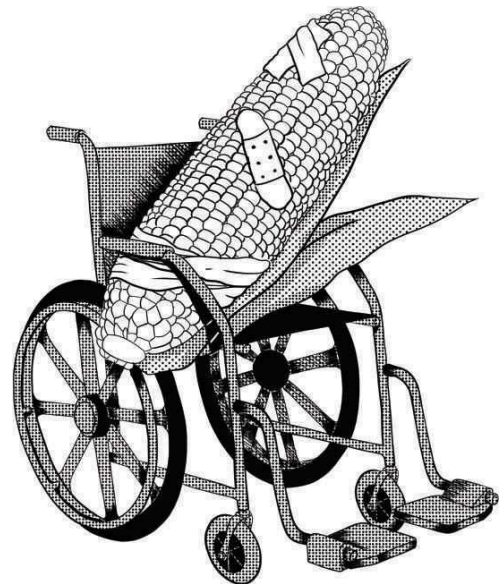
Dra. Kate Marrone, que terminava um atendimento, ao levantar a cabeça, se deparou com aquela imagem do Sr. Milho todo machucado, na cadeira de rodas e pensou: "acidente de trânsito" e logo falou: Pode trazê-lo cabo!

O Sr. Milho Nário uma vez à frente da Promotora de Justiça falou: "Trata-se de estelionato dra...."

A Promotora de Justiça franzindo a testa questionou: "Estelionato? Me descreva por favor os fatos, como aconteceram?"

Então, o Sr. Milho Nário passou a narrar:

— Dra. eu tenho uma "Mãe de Santo", por sinal muito respeitada pelos seus trabalhos, e no mês que se passou comecei um tratamento com ela para fechar o meu corpo e continuar a ganhar muito dinheiro, quando fiz o pagamento de Dez



mil reais. Participei de seis sessões, até que anteontem fui na sessão de número sete, que seria a última sessão de descarrego e proteção. Cheguei no terreiro denominado “08 Flechas” às 13h. Madame Mata já estava esperando e me conduziu até o centro do terreiro, perto do Congá. Uma vez ali, sentei em um banco e os trabalhos começaram. Me rodaram muito, me defumaram, cantaram hinos, beberam cachaça, sangue de galinha, seguraram minha cabeça apertando forte até que, aproximadamente meia hora depois, Madame Mata pediu que eu tirasse a camisa e ficasse de costas segurando no encosto de uma cadeira, e toman- tomando um galho de pião roxo, passou a lambar as minhas costas com aquele mato até que ficou só um toquinho nas mãos dela. Minhas costas ficaram em desgraça, assadas pelo pião roxo. Aí Madame Mata falou: “Vista a sua camisa. De hoje em diante o senhor vai ter mais prosperidade no trabalho, vai ganhar muito mais dinheiro, e nada vai lhe ferir, nenhum mal lhe atingirá porque seu corpo está fechado”. Fiquei muito satisfeito, agradei pela ajuda e sai do terreiro e ao dar três passos à frente, uma carreta me pegou de cheio e aqui estou Excelência. Como se não faltasse o assado das costas, estou com o corpo todo ferido e uma das pernas fraturada.

É isso Excelência, estelionato.

"Dar sopa ao boto"

(por Marcelo Batista Gonçalves)



No longínquo ano de 1994, em um remoto termo judiciário no baixo Amazonas, com pouco tempo de ingresso no Ministério Público, cheguei na cidade de Terra Longe, cidade pequena - quase uma vila - de pessoas humildes, amazônidas tradicionais.

Na primeira audiência judicial fui logo alertado pelo Pretor (Juiz não concursado) que a audiência se tratava de uma oitiva de testemunha, a última testemunha a ser ouvida no Processo criminal, que foi reiteradamente intimada, quase sempre no final de mês, em vista da dificuldade de deslocamento do servidor da justiça em outro período para localidade em que a testemunha morava. Ocorre que ela se recusava a aceitar a intimação judicial e reagia de forma agressiva e até partindo para vias de fato, sendo que na última vez que foi intimada, o procedimento foi feito por um outro oficial de justiça sem qualquer problema, mas o curioso era que tinha sido feito em meados do mês e não no final como anteriormente.

Com a fama de ser uma pessoa "brava", o Pretor iniciou a audiência dizendo à testemunha que a sua ausência em outras oportunidades poderia caracterizar crime e até a possibilidade da condução coercitiva para o ato processual. Foi quando a jovem de nome Angelina, de maneira singela e sem malícia, passou a falar que jamais quis desobedecer a justiça ou agredir o servidor da justiça quando da intimação, e justificou a sua atitude dizendo que o servidor sempre ia no final de mês, período de lua cheia, e como o deslocamento da sua residência até a sede

do município tem que passar por dois igarapés: Curiantã e Curió, e do rio Atramando, ela jamais ia dar "sopa para o Boto".

Foi quando todos na audiência, espantados e sem saber de que se tratava o receio da jovem Angelina, em sair de sua casa na lua cheia e atravessar igarapé e rio e o que era "dar sopa para o Boto", foi quando mais uma vez o Pretor lhe perguntou o significado daquilo, ela respondeu:

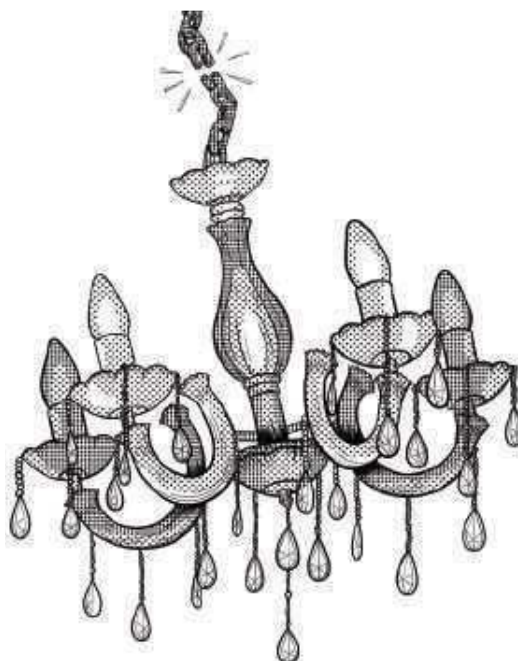
— Doutores, eu sou virgem, no dia de lua cheia eu estou sempre na semana de minha regra (menstruada), não saio de casa por nada, pois não vou deixar o boto me namorar e me embuchar e ficar ainda mal falada na comunidade.

"Júri misterioso"

(por Alayde Teixeira Corrêa)

Cheguei na comarca de Tucuruí no final da década de 1980, por promoção à segunda entrância. Era um município, à época, com muitos casos de violência, inclusive, envolvendo crimes contra a vida e, em razão disso, os processos criminais levados à Júri Popular não eram poucos. O Tribunal do Júri era instalado durante semanas. Em um deles aconteceu um fato inusitado.

A instalação do Tribunal do Júri ocorria no plenário da sede da Câmara Municipal. Era uma sala grande e chamava a atenção, um enorme e belíssimo lustre em cristal, que ficava nas proximidades da mesa da presidência.



A presidência do Tribunal do Júri era exercida por uma mulher, aliás, Juíza de Direito competentíssima e excelente inquiridora; eu, Promotora de Justiça; o Defensor Público, orador por excelência; o acusado; as testemunhas; e o grande público se faziam presentes.

À época, no interior, a sessão do Tribunal do Júri era um grande acontecimento. Nesse caso, ainda mais, por envolver uma família rural, em que os filhos acusavam o pai pela morte de um outro filho seu. O pai, então, fora denunciado com base nas provas colhidas no inquérito policial. Na fase instrutória do processo criminal, não houve alteração das provas, e o acusado foi pronunciado.

Declarada aberta a sessão do Tribunal, a presiden-

te concedeu a palavra à representante do Ministério Público para que apresentasse o libelo acusatório.

Me preparei muito! Entendia que, bem lido, com as entonações da voz nos momentos oportunos, conseguiria apresentar uma boa acusação do Estado. Então, apresentei o libelo.

Interrogado, o pai negou que tivesse praticado o crime, negativa que ocorria desde o seu interrogatório no inquérito policial. As testemunhas de acusação, disseram que o réu era sim o autor do crime. As testemunhas de defesa, foram as mesmas arroladas pela acusação.

Encerrada essa fase, fiz a acusação sustentando os termos do libelo acusatório. Concluída a acusação foi dada a palavra ao defensor do réu, patrocinada pelo Defensor Público do Município. E que defesa!

Excelente orador, o defensor começou a fazer a sua preleção sobre os relacionamentos familiares conflituosos, destacando sempre a figura paterna, dedicado à criação dos filhos e, vendo-se naquele tribunal, em que filhos acusavam o próprio pai e na empolgação da bela oratória, parafraseou a histórica frase romana que teria sido dita pelo imperador Júlio César ao filho adotivo, Marcus Junius Brutus, no momento do seu assassinato:

— Até tu Brutus?

Ato contínuo, para espanto de todos que ali estavam, o imponente lustre de cristal desaba do teto, espalhando os cristais por todo o chão. O estrondo do desabamento no recinto fechado foi estarrecedor, seguido de um silêncio sepulcral.

A sessão foi suspensa, para que fosse feita a limpeza do salão e, em seguida, fossem retomados os trabalhos do julgamento.

Ao final, quer pela bela defesa apresentada, quer

pelo seu desfecho surpreendente, o réu recebeu a absolvição dos jurados.

"Olho de Gato"

(Por Ricardo Albuquerque da Silva)

Em 1987 fui designado para responder pela comarca de Monte Alegre e aguardava apenas a chegada do navio da ENASA em Alenquer, para nele embarcar, após me despedir das autoridades locais, como o magistrado, prefeito, vereadores e policiais.

Salvo engano, era uma terça-feira e decidimos fazer uma despedida com os comissários de menores que ajudamos a criar na comarca, véspera do embarque para Monte Alegre. Estávamos em um bar-restaurantes do "Pacífico" quando um oficial de justiça adentrou no recinto, informando que na esquina do logradouro, um meliante de Altamira, que atendia pela alcunha de "Olho de Gato", munido de uma faca peixeira, estava cobrando pedágio de quem por ali passasse.

Eu disse ao oficial que se dirigisse à delegacia para que acionasse o delegado ou o alojamento da Guarda Militar para tomar as providências contra o suspeito. No entanto, ele explicou que já havia ido à delegacia e ao alojamento da PM, sem encontrar ninguém. Todos os presentes olharam para mim com expressões inquisitivas, como se perguntassem: "E agora, doutor?"

"Não tendo outra alternativa", convoquei os que comigo estavam sentados à mesa e solicitei que me acompanhassem até a esquina onde o suspeito se encontrava. Lá chegando, identifiquei-me e informei ao "Olho de Gato" que ele estava infringindo a lei ao ameaçar pessoas pedindo-lhes dinheiro, e que eu iria revistá-lo.

Foi nesse momento que "Olho de Gato" puxou sua faca e



exclamou:

— Vem, seu promotorzinho! Vou te retalhar todinho!
Ameaçou.

Olhei para o lado e percebi que meus acompanhantes tinham desaparecido. Rapidamente, saquei meu Taurus 38 e dei um tiro no chão mas, mesmo assim, "Olho de Gato" continuava investindo em minha direção. Diante da ameaça iminente e sem opções, dei mais um disparo no chão entre as suas pernas, mas ele persistia no ataque. Encurralado entre os carros, não tive escolha a não ser atirar em sua perna, fazendo-o cair.

Em seguida, eu apreendi a peixeira que ele portava e coloquei "Olho de Gato" numa Brasília amarela de um taxista. Levei-o para um hospital na comarca, acordei o prefeito e solicitei autorização para acender as luzes da cidade. Pedi ainda que o prefeito autorizasse que o piloto do avião fretado pela Prefeitura que se encontrava na cidade, levasse "Olho de Gato" no dia seguinte para ser melhor socorrido no Hospital de Monte Dourado, no que fui atendido.

Resultado, amanheceu o dia e "Olho de Gato" foi transferido para Monte Dourado com um projétil de 38 incrustado em seu fêmur. Soube, mais tarde, que o dito cujo estava vivinho da silva e que, sempre que chovia ou fazia frio, lembrava-se desse promotor de justiça.

Outra consequência desse fato, foi que o Corregedor-Geral do Ministério Público se deslocou até a comarca e instruiu um procedimento administrativo e criminal para apurar o fato. Após ouvir dezenas de autoridades e cidadãos, decidiu pelo arquivamento das investigações, pois havia ficado demonstrado de maneira inequívoca, a atipicidade da conduta do promotor de justiça porque atuou na sua defesa e de terceiros.

"Desventuras ministeriais"

(Por Arlindo Jorge Cabral Júnior)

Lá estava eu, pegando um ônibus para a minha nova cidade, a qual tinha sido designado. Era algo por demais cansativo. Viajara por mais de 10 horas em um ônibus e lá cheguei numa pequena cidade, na época, de aproximadamente 40 mil habitantes.

Mais tarde tive a surpresa que, na verdade, estaria cuidando de duas cidades, totalizando mais de 60 mil habitantes, para um único Promotor, para tudo e todos.

Já senti a pressão, assim que subi ao ônibus e, não sei como, já descobriram lá dentro mesmo, que viajavam com um Promotor de Justiça.

Corajosamente, não me abati, mais por não saber o risco que corria ao adentrar por mais de 10 horas em um micro-ônibus de linha (mais tarde fui saber que assaltavam tais ônibus...).

Assim que cheguei à cidade, na primeira placa, logo na entrada estava escrito: "PROIBIDO COLOCAR LIXO, SENÃO CHAMO O PROMOTOR".

Chegando finalmente, no fórum, fui recebido pelo servidor ministerial, que me atendeu muito bem. Perguntei onde estaria a "viatura oficial", eis que este me apresentou para um Corsa, caindo aos pedaços, com um barulho na parte de trás e bastante "sambado" como dizem por aí.

Na época, tínhamos as chamadas casa do Promotor, era uma casa até bem construída, contudo, abaixo do nível da rua, o que significava que eu morava numa verdadeira lagoa, dentro da casa, as paredes eram



todas mofadas e afofadas devido a intensa umidade do ar, com um ar quase irrespirável. Depois eu soube que os Promotores ficavam, geralmente, num hotelzinho da cidade.

Para completar o vizinho furava buracos na parede para que a o excesso de água de sua casa desaguasse na casa ministerial, para assim o Promotor se sentir um verdadeiro sapo em sua lagoa, como forma de "boa recepção" da vizinhança.

Como motorista ministerial seria uma vaga lembrança, naqueles idos do ano de 2010, decidi dar uma volta na cidade para conhecer o lugar no "calhambeque" ministerial. Estava eu "Vital e sua moto" ou melhor "Arlindo e seu calhambeque ministerial" rodeando as redondezas da cidade, quando percebi que um veículo de origem ignorada me seguia, para onde quer que eu virasse.

Decidi testar a coisa e sai virando aleatoriamente para todo lado da cidade, no que o veículo, na minha cola, fazia o mesmo.

Pensei: pronto, os bandidos já me acharam e decidiram acabar com a Lei da cidade, começando com o Promotor!

Estava desarmado, acabara de tomar posse tinha uns 3 a 4 meses...Pensei: bom se não dá para enfrentar então vou entrar na delegacia. E assim o fiz. Identifiquei-me e falei com os policiais, quando, de repente, o meu insólito perseguidor entra na sala. Não era ninguém menos que o próprio prefeito da cidade que queria "me conhecer".

Passado esse perrengue, pensei que minha pequena aventura teria acabado, daí, conversa vai e conversa vem com os policiais, o delegado de polícia, bem como o próprio prefeito, eis que todos me contaram a insatisfação que estavam tendo com o único juiz da cidade que adorava soltar todos os bandidos.

A cidade estava passando por arrastões dentro dos supermercados, devido ao juiz entender que todo bandido deveria ser solto. Assim, a regra na cidade era a polícia prender e o juiz soltar e ainda viver às rusgas com a Promotora anterior.

Dessa maneira, com bastante revolta, indignação e absoluto desprezo pelo que estava acontecendo, um dos policiais civis relatou que, além de tudo isso, o juiz teria soltado um perigoso bandido que teria matado uma professora e um investigador de polícia de forma brutal, arrancando os braços das vítimas com terçadadas, e essa já seria a terceira vez que o referido juiz fazia isso, com o mesmo meliante.

Então, em tom de desassombro e pouco importando com o que eu iria pensar, o referido policial civil, com todas as letras veio me dizer:

— Dr., da próxima vez que encontrarmos esse assassino, não terá perdão, vamos para matar mesmo. Ameaçou.

Nem posso dizer o quanto fiquei atônito com o que escutei, mas compreendendo onde estava e as circunstâncias da cidade respondi:

— Olha, se encontrar esse rapaz na beira do rio com uma facada nas costas, terei certeza que foi um suicídio.

Após isso, todos riram e cessou o climão, mas não pensem que acabou por aí...

Algumas semanas depois, eis que quem me aparece na Promotoria de Justiça ele, o dito cujo, que tinha vindo se entregar para mim.

Mandei prender e joguei os autos do processo na mesa do juiz, e disse assim para ele:

— Toma aí tua presepada, e vê o que tu decides dessa vez! Já matou uns três... Tá todo mundo "P" da vida Vais soltar de novo? Questionei.

Ele ficou lá calado olhando para mim com a cara

mais espantada do mundo. E dessa vez, não soltou mais.

Contudo, logo em seguida, chega o dito policial civil, dizendo:

— Dr. Esse desgraçado veio se entregar foi? perguntou.

E então respondi: - Olha, não posso fazer nada, apareceu aqui pedindo que eu o prendesse, vou fazer o que? Tá preso!

"O Livro de Ouro"

(Por Armando Brasil Teixeira)

Em meados de dezembro de 2004, um cabo e um sargento da Polícia Militar do Pará faziam blitz em uma estrada que dava acesso a cidade de Marabá, no sudeste do estado. A intenção era coibir práticas ilícitas na área.

Na mesma época, seria inaugurada uma casa penal em Marabá. Por isso, o secretário de segurança pública, junto com um coronel linha dura, que era Corregedor Geral do Estado, partiram em direção à cidade, em carro preto, descaracterizado. Por ironia do destino, eles foram parados pela blitz. O motorista deles entregou as devidas documentações solicitadas, que estavam em dia.

Ao final da abordagem, o sargento, responsável pela fiscalização, sem saber quem eram as pessoas dentro do carro, entregou para o secretário de segurança, sentado no banco da frente, um livro que chamou de "livro de ouro do batalhão", pedindo uma quantia em dinheiro para o Natal dos militares, que segundo ele, estariam com problemas financeiros.

Apesar da investida do sargento, o secretário de segurança esquivou-se e disse: "Olha, o patrão está aí atrás", referindo-se ao coronel, que era Corregedor da Polícia Militar do Estado.

O coronel, devidamente fardado, não abriu o vidro por completo, para que as suas insígnias não fossem vistas. Ele ouviu mais uma vez o sargento pedir dinheiro. Quando o sargento terminou, o coronel abaixou total-



mente o vidro, perguntando o que tinha no livro. E quando o sargento se deparou com as estrelas amarelas, na farda do coronel, que revelavam a sua patente e seu nível hierárquico, ficou sem fala e tentou tirar o livro das mãos do coronel. Em vão, pois o coronel já o tinha pego.

O sargento e o cabo bateram continência e tentaram desfazer o cenário de extorsão. Mas, já era tarde! O cabo e o sargento ainda tentaram se justificar, mas, tiveram seu livro confiscado, assim como as suas armas e munições.

Após a tentativa de extorsão o coronel conduziu todos ao 4º Batalhão de Polícia Militar, deu voz de prisão ao cabo e ao sargento e os encaminhou à Justiça Militar.

Na ocasião da audiência, durante o interrogatório os dois negavam as acusações veementemente e tentavam esquivar-se, mas não aguentando a pressão, o sargento desistiu e disse:

— Vou falar toda a verdade. Não era meu dia de sorte e eu extorqui o homem errado, na hora errada e por isso, eu confesso: extorqui o Corregedor Geral da Polícia Militar, sem saber quem era e estou aqui para pagar pelos meus erros. Desabafou o sargento.

Dito isso, ambos foram condenados a 8 anos de reclusão e expulsos da corporação. Acredita-se que tenha sido realmente a única vez na história da Polícia Militar do Pará que policiais tentam extorquir exatamente aquele que coíbe a prática.

Falta de sorte para uns, excesso de sorte para outros.

"Trocas Perigosas"

(Por Daniel Menezes Barros)

Estava trabalhando em Santarém, oeste do estado do Pará, respondendo por lá. Quando foi por volta das 17h, recebi uma ligação do sub procurador geral, pedindo ajuda para que eu fizesse um júri em Monte Alegre, pois o colega que respondia por ela estava com problemas e não poderia fazer. Naquela época nem havia sistema e eu perguntei como eu faria para estudar, já que o júri já seria na manhã seguinte. Então ele respondeu que alguém deixaria para mim no aeroporto, que não era para eu me preocupar.

No dia seguinte, lá pelas 6h da manhã, já no aeroporto, o colega que não pode fazer o júri me entregou e eu o questionei em tom de brincadeira:

— Por que tu não fazes o teu júri, rapaz?

E ele disse que não poderia, pois teria uma audiência importante na outra cidade pela qual também respondia, dando a entender que realmente não queria fazer o júri.

Era um julgamento complexo. Cinco homens mataram outro, atearam fogo e enterraram de cabeça para baixo. Esse júri já havia sido realizado e os acusados tinham sido absolvidos, mas o Ministério Público recorreu da decisão e foi marcado outro júri.

Na ocasião, o que tinha mais dinheiro, conseguiu com o advogado dele, o desmembramento do júri, logo os outros quatro já haviam sido julgados e absolvidos e foi marcado júri somente daquele que pedira o desmembramento.

Parti então de avião para o destino, lendo o processo durante o



voo, que durou cerca de 1 hora.

Chegando lá já tinham 4 advogados. A família era abastada e o embate começou cedo, uma juíza muito competente e serena. Levamos o dia todo no julgamento.

Tivemos vários embates. Em um deles, chamei o réu de criminoso e o advogado pediu que não fosse registrado em ata, porque isso, segundo ele, era um absurdo e ainda completou dizendo que eu só estava falando assim porque o réu estava ali preso e finalizou me chamando para fora do júri, sugerindo um embate corporal.

Eu retruquei, até em tom jocoso, fazendo referência a seu biotipo mais gordinho, dizendo:

— Com esse seu corpinho aí, você não aguenta dois tapas, quanto mais socos. Então, pare de me chamar pra briga e resolva o problema do seu cliente que vai ser condenado.

Após muita confusão, o réu foi condenado. O que gerou muito tumulto, já que a maioria do plenário era da família do réu.

Quando a juíza deu a sentença eu estava de costas para a plateia e de frente para a juíza e um dos parentes do réu me deu um soco no pescoço, eu quase caí sobre a mesa. Mas, me recompus rápido e pulei o cercadinho, revidando o soco.

Em seguida, os policiais o levaram, mas nem tive a chance de fazer o boletim de ocorrência porque o barco já ia sair e eu tinha que correr pra pegar e voltar pro meu local de origem.

Quando cheguei no barco, tinha reservado um camarote pra mim e pensei: Vou dormir a noite inteira, já que não dormi nada na noite passada, na ansiedade de um júri que eu nem sabia do que se tratava até ter acesso aos autos naquela manhã.

Ao levar a mala para o camarote reservado, quando eu olho estavam dois policiais militares entrando no barco, com o réu preso, algemado. Todos no fundo do

barco, sentados em três cadeiras, o réu no meio ladeado pelos PM's.

Em seguida, entraram mais de 15 pessoas, parentes do réu, que o acompanhariam até Santarém. E aí veio aquele pavor e pensei: eu vou para o camarote e esses caras arrombam a porta e me jogam no rio, eu morro e ninguém nem vai saber o porquê eu morri.

Aí me veio a decisão: peguei uma cadeira, sentei do lado dos PM's e do réu e passei a noite conversando e tomando café para não ser derrotado pelo sono.

Cheguei em Santarém no dia seguinte, acabado de tão cansado. Mas, satisfeito porque a justiça foi feita. Dos cinco homens, ao menos um deles foi condenado.

"O Duelo"

(por Helena Maria Oliveira Muniz Gomes)

Nos idos de 2006, eu era Promotora de Justiça no sudeste paraense, titular da Promotoria de Turuari e fui designada pela Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) para responder pela Promotoria de Branco Escuro, município vizinho de Turuari.

Certa feita, fui intimada para realização de uma audiência de instrução para a oitiva de uma única testemunha em um processo criminal de homicídio, de um réu preso, na comarca de Breu Branco.

No dia da audiência, desloquei-me para o município para participar da referida audiência, não tendo tido tempo de analisar os autos do processo criminal. Dentro da sala de audiência, presente o juiz, Dr. Bernardo e seu apoio administrativo, logo em seguida adentra à sala o réu e seu advogado, um Defensor Público. O réu entrou cabisbaixo e aparentava nervosismo.

Em seguida, o juiz mandou entrar a testemunha, uma senhora, que havia sido arrolada pelo Ministério Público, para colheita de seu depoimento. Após qualificada, o juiz começou a inquirição da testemunha:

- Sra. Maria Clemência, a senhora conhece o réu aqui presente nesta audiência? Inquiriu o juiz.
Sim conheço. Respondeu a testemunha.
- O réu é seu parente, conhecido, amigo ou inimigo?
Quis saber o Juiz.
- Não é nada meu, graças a Deus. Retrucou a testemunha.
- É seu inimigo? perguntou o Juiz.



- Não, senhor. Disse Maria Clemência.
- A sra. viu o crime? O Juiz questionou.
- Sim, vi. Afirmou a testemunha.
- A sra. sabe o motivo do crime? Continuou o Juiz.
- Sim, foi por causa de um duelo. Respondeu a testemunha me deixando intrigada.

Em seguida, o Juiz pergunta se o Ministério Público tem perguntas e nessa hora pausa e silêncio da minha parte.

Após ouvir a testemunha e antes de responder ao juiz, vieram na minha mente os seguintes pensamentos: "Meu Deus! Como podem esses homens duelarem em pleno século XXI?! Aqui em Breu Branco! Que comportamento medieval! Misericórdia..."

Retornando à inquirição da testemunha, o Juiz insiste questionando se eu tinha alguma pergunta a fazer. Eu respondi positivamente, questionando com indignação:

- Sim, Dr. Gostaria de saber como se deu esse duelo? Como foi que travaram esse duelo, esse ato medieval? Que armas usaram? Facas?

Nesse momento ecoaram gargalhadas na sala...

Eu, sem entender nada, olhei para a cara do réu, que estava com o «bocão aberto», sem dentes, rindo sem nem saber o porquê. Olhei para o juiz, este jogado para trás na cadeira gargalhando... O apoio administrativo rindo que nem o Muttley, da Penélope Charmosa. O defensor público idem.

- Dra., esse duelo que a testemunha fala não é o duelo medieval, travado entre o réu e a vítima, e sim "o Duelo", uma cachaça, uma aguardente de cana, uma garrafa de "buchudinha", que tem de vários sabores: de limão, de morango, de maçã... O de tangerina é uma delícia, adoro! Esclareceu o Juiz em meio a gargalhadas.

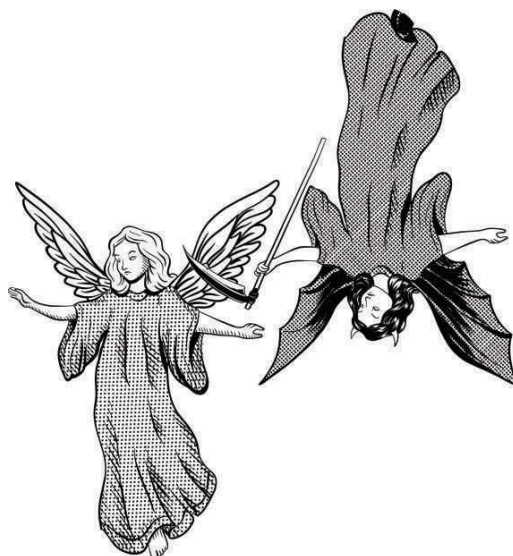
E a minha cara nessa hora... Precisa desenhar?

"A providência Divina"

(por Hélio Rubens Pinho Pereira)

Então, Deus criou o Universo...

Os pormenores dessa empreitada cansativa e solitária não são importantes para a abordagem aqui proposta. Desta forma, peço (vênia) ao caro leitor para que ignore o multicitado "Faça-se a Luz!" (ou "Big Bang" para aqueles mais avizinados aos termos científicos).



Depois, cansado da monotonia dos documentários sobre a vida animal, Deus encasquetou de criar o homem e o dotou com uma habilidade especial: o pensamento. Com isso, ao contrário dos outros bichos, os seres humanos podiam optar livremente entre duas condutas. Não estavam presos aos padrões comportamentais impostos pelo instinto. Tratava-se de um fenômeno novo e imprevisível na natureza. Os entendidos em ciências ocultas e jogos de cartas resolveram, em concílio, denominá-lo de livre arbítrio.

Não foi exatamente a liberdade de escolha que incomodou o "Todo Poderoso". Não... Na verdade, essa ideia até o agradava, sobretudo porque lhe permitia dividir a responsabilidade pelo universo com um montão de gente. O problema residia mais precisamente no mérito das decisões humanas que, via de regra, baseavam-se em tolices e/ou caprichos, e o que é pior: sempre acompanhadas do odioso ar de Romário na cara: entendeu peixe?

Bom, já que o homem pensa – alguns defendem

essa tese – o Pai Celeste precisou deixar bem-marcado quais eram os valores que o agradavam e quais lhe causavam repulsa. Mas como fazer? Não lhe pareceu uma boa estratégia de marketing recitá-los ao pé do ouvido de cada homem ou escrevê-los em um livro longo.

Pensou ele: as palavras, o vento leva, e a leitura, por seu turno, não gozará de elevado prestígio (segundo o ibope) entre os seres humanos. Então eu preciso de algo mais simples, algo que se explique com uma simples olhadela.

Durante uma apresentação aérea do Espírito Santo – na forma de pombo, é claro -, o Criador teve uma ideia magnífica e simples, apenas superada bilhões de anos depois, pela teoria da relatividade. Sua sacada genial permitiria que qualquer um pudesse distinguir facilmente entre o bem e o mal. Até mesmo os peemedebistas, que costumam se misturar com todo tipo de gente, saberiam a diferença.

Tudo bem, amigo leitor, não precisa reclamar, sei que o rodeio que faço para apresentar a ideia está incomodando e, desta feita, irei direto ao assunto, mas antes de revelar seu conteúdo esplêndido, a solenidade do momento, exige um pouco mais de pompa. Sendo assim, que rufem os tambores...

E então, Deus inventou o Diabo!

Todos nós sabemos, hoje, que o Pai Celeste possui onisciência – calma, o leitor não afeto aos termos da alta teologia não precisa se remexer na rede ou fazer cara de quem entendeu, sem ter entendido – o que normalmente é seguido da lenta colocação da mão no queixo e de uma leve sacudidela na cabeça, para cima e para baixo. Eu explico.

A onisciência permite que Deus saiba de tudo, seja do passado, presente ou futuro. É como dizem as velhas: nada escapa aos olhos dEle. Sendo assim, quando o Altíssimo criou o demônio já sabia que, no futuro, seria

traído. A única conclusão lógica que se pode extrair de tudo isso, é que Deus projetou a besta exatamente paratraí-lo. Esse era seu plano.

Mas o pulo do gato, o fator que torna o plano divino genial, reside na circunstância de que o "cramulhão" nunca soube de nada disso, sequer ouviu falar em onisciência. O tolo pensa que a ideia da traição é sua e, nesse afã, passou a proclamar para si mesmo: revolução! Vou trair o Velho Barbudo e me tornarei o novo rei do céu destinado aos ocidentais.

Começou, assim, a atuar na calada da noite, às escondidas - pensava ele. Cometia pequenos delitos, como furtar hóstias e o vinho da igreja que existe no céu - e que serve de modelo para as igrejas da terra. Com um sorriso largo, de chifre a chifre, gostava de cortar as asas dos outros anjos enquanto dormiam.

Foi justamente, durante um de seus delírios de cabeleireiro angelical, que Deus o flagrou com a mão na massa, ou melhor, com a tesoura na asa.

Fingindo não saber de nada, entre relâmpagos e trovões, Deus expulsou o demônio do Céu. O grito "VAI PARA O INFEEERNOO!" foi tão alto, mas tão alto, que ainda hoje pode ser ouvido em todos os cantos do universo. Os físicos chamam isso de radiação cósmica de fundo.

Por uma questão meramente metodológica, omiti uma parte essencial da história, que propicia a exata compreensão da lógica divina. Ao fazer o "coisa ruim", na fábrica de barro que há no céu, Deus colocou no DNA (ácido desoxirribonucleico) da besta, dois genes especiais: o da infinita inveja e o da burrice absoluta.

O primeiro faz com que o tinhoso nunca desista de cobiçar as coisas do Pai. Entra século, sai século e ele não para, movido pela inveja, nunca perde o ânimo.

Todos os anjos sabem que Lúcifer jamais conseguirá realizar seu intento, isto é, jamais poderá

vencer Deus – tal afirmação será aclarada, em breve, quando da abordagem da outra característica genética. nas costas da besta são recarregadas na tomada da vontade Divina.

O segundo gene – a burrice absoluta – faz com que o cão seja o único no universo a não saber que todo o poder emana de Deus (os padres e pastores chamam para isso de onipotência). Como não sou homem de meias palavras, vou explicar melhor: luz das estrelas, o voo dos pássaros, o barulho do vulcão, a flor se abrindo, o relâmpago que cai... Tudo, absolutamente tudo, retira sua força de Deus. Sendo assim, até mesmo as pilhas que estão instaladas nas costas da besta são recarregadas na tomada da vontade Divina.

Se o Pai quisesse, portanto, bastaria estalar os dedos e o catimbozento desapareceria para sempre. Mas, nesse caso, ficaríamos sem nossa referência do mal. Isso seria muito complicado. Nossa cabeça funciona apenas nos contrastes. Só sabemos que existe o calor, porque de vez em quando sentimos frio; a luz só existe por causa da escuridão; o alto, do baixo e o demorado, do rápido. Nessa cadência, não é difícil concluir que até mesmo o bem somente existe porque existe o mal.

É assim, então, caro leitor, que Deus mantém o equilíbrio do universo. Não com uma lei elegante como a da gravidade geral ou a da contração do tempo-tempo... Não! A ordem de tudo existe, simplesmente, graças à inveja e à burrice.

"Florisbela de Jesus e Pedro das Dores"

(por Nadilson Portilho Gomes)

Podem até duvidar, mas nunca houve uma história de amor maior do que a de Florisbela de Jesus. Nem as de Shakespeare ganham! Pelo menos ela pensava assim. Ela vivia escrevendo poesias, a cada suspiro de seu coração, especialmente quando escutava as músicas do francês Théo Sarapo. "Que homem!", sussurrava. A alma dela gritava em busca do cheiro daquele sentimento que somente os enamorados experimentam. "A vida sem o regaço do amor não é nada", afirmava.

A vida estava enfadonha. Os filhos cresceram e foram embora do Sul do Pará. Restou um marido idoso e doentio. E Florisbela não se contentava com aquela situação. "Logo eu!", dizia para si mesma. Estava presa naquele corpo, tendo o fogo de uma jovem traquina, que não nasceu para a rotina. Sonhadora, acordava e já se dirigia ao banheiro para arrumar-se e sair dali toda cheirosa.

Nunca ninguém viu um fio de cabelo branco em sua cabeça, mesmo já tendo longevos 73 anos de idade. Adorava se arrumar, se maquiar, prender os cabelos com grampos e laços e se vestir com seus vestidos de cores fortes e estampados. Ela se recusava a envelhecer e adorava ver os rapazes que entravam e saíam da escola pública que havia na frente de sua casa. Marcava presença na sua janela, sempre nos horários de fluxos dos alunos, mas seu tempo preferido era a tardezinha quando estudavam os alunos do Ensino Médio.



Porém, já estava cansada de viver fitando, apenas. E, certo dia, saiu da janela azul e, quando Pedro pediu-lhe o jantar, aborreceu-se e gritou-lhe que se virasse e que não aguentava mais, caindo no choro no sofá de veludo azul, sendo consolada por ele, que fazia cara de compreensão. Escureceu e tudo continuou como era antes. Dia após dia...

Certo dia, Florisbela foi fazer compras pela manhã e deparou-se com uma loja, próxima da feira da cidade, que vendia lingerie. Então, imaginou-se vestida com todos aqueles modelos sexys de peças. Mesmo tímida, adentrou e comprou uma de cada, saindo de lá resplandecente, sentindo-se as próprias moças dos catálogos que lhes mostraram na loja.

Não esperava a hora de usá-las e, quando chegou à noite, banhou-se, depilou-se e usou seu melhor perfume e creme. Maquiou-se e chamou seu marido. Surpreso, Pedro, abaixou a cabeça em tom de tristeza e disse-lhe que ela sabia que ele não podia mais e voltou para a sala para assistir o jornal no televisor, cabisbaixo.

Florisbela jogou-se na cama e caiu aos prantos, inconsolável. Não admitia que a vida tivesse acabado para ela. Via-se jovem no espelho quando acordava pela manhã e não aceitava a forma que os que têm mais idade são tratados na sociedade, como se não tivessem prazer, não pudessem ir a festas e fazer coisas que desejassem. Enfim, não aceitava a velhice como prisão e um degrau para a morte. Dizia: "A morte que espere, pois eu é que não vou me arrumar para ela!"

A verdade é que, desde a passagem de seu filho Rico, vivia em luto, não conseguindo superar aquela perda. Sempre dizia: "Ninguém nunca conseguiu superar a morte de um filho!". Até conseguiu ler alguns livros de autoajuda e ir a uma psicóloga da cidade, mas pouco teria lhe adiantado. De vez em quando, sua alegria era suspensa por uma lembrança do seu amado, que riscava seu coração. Mas, ela não se entregava. Na última festa de

aniversário de sua amiga Ângela, dançou no meio do salão, a noite toda. Deixou seu corpo ser levado por movimentos livres, que se deram com sua alma jovial, sentindo-se uma bailarina completa, não se importando com os olhares do público presente.

Os dias passavam e Florisbela continuava com sua rotina de enfeitar-se e ficar na janela admirando os rapazes, tendo um que lhe chamou a atenção, era Rafael, um jovem de 18 anos, alto, corpo delgado, moreno, de cabelos bem pretos, dentes bem brancos, extrovertido, que se vestia de calça jeans apertada e camisa de botão. Era parecido com seu primeiro amor. Suspirava.... Agora, só tinha um motivo para vigiar o portão da escola: Rafael. Como podia ter vivido tanto tempo sem estar apaixonada? Indagava-se. A paixão é tão popular, mais comum que amar alguém.

Florisbela sonhava com ele, dia e noite, criava lindos romances em sua imaginação. Rafael até chegava num cavalo branco vestido de príncipe para resgatá-la de uma torre em chamas, enfrentava dragões, monstros e até raptava a moça da igreja, salvando-a de um casamento forçado, entre outras histórias, descobertas depois e divulgadas de seu diário.

Bela era só sonhos, mas não tinha coragem de chamar o estudante, até que em um dia, do nada, Rafael veio em sua direção. Mal podia acreditar. Seu coração disparou! Então, ele perguntou se podia acender seu cigarro, bem simpático. Ela lhe respondeu que sim, logo indo buscar uma caixa de fósforos. Após acender o cigarro, ela lhe disse que ele podia ficar com tal objeto, tendo ele agradecido, juntamente com um largo sorriso, indo embora. Foi tudo muito rápido, mas o suficiente para ela se apaixonar de vez.

Os dias que eram monótonos, passaram a ser alegres. Florisbela vivia sonhando acordada, não parava nem um minuto. Cantarolava o dia todo e passou até queimar a comida, coisa que nunca fez. Imaginava Rafael

chegando vestido de príncipe, num unicórnio branco, alado, após enfrentar dragões e outros batalhões de criaturas estranhas para chegar até ela, dando-lhe um beijo.

Flor era uma leitora ávida de romances e se via em cada um deles e agora com Rafael, mais ainda. Mergulhava naquelas histórias, sonhando com o mocinho como seu amado e a cada linha ficava tudo mais interessante. Não entendia como pessoas amargas e não apaixonadas podiam ler romances. Suspeitava que não eram capazes de sentir as emoções descritas.

Rafael começou a passar em frente de sua casa com frequência, pedindo-lhe água. Depois passou a tomar café e a lancha, tendo conversas longas e divertidas. Ocorre que Pedro não gostou nada daquilo e proibiu Florisbela de dar trela para aquele rapaz. Mas, foi pior: Florisbela convidou Rafael para entrar em sua casa, sendo que ele passou a fitar todo o ambiente, com curiosidade, quando seu marido não estava. O estudante virou praticamente um hóspede na residência na ausência de Pedro e Florisbela estava feliz como nunca.

Mas, Rafael escondia interesses escusos: ambicionava ter coisas caras e não gostava de trabalhar, começando a pedir a Florisbela pequenos valores, roupas novas e confidenciou-lhe que tinha vontade de ter uma motocicleta, que ela não hesitou em presentear-lhe no dia seguinte.

Certo dia, uma moça desconhecida com uniforme escolar levou um bilhete até Florisbela, onde estava escrito: "Rafael é ladrão!" E foi embora. Mas ela não ligou para aquilo. Aquela frase não fazia sentido. As pessoas apaixonadas ficam cegas para certos tipos de comentários e palavras.

Rafael pressionava Florisbela a dar-lhe cada vez mais dinheiro, acabando todas as suas economias de anos, sem que seu marido e filhos soubessem. O medo de perder Rafael era maior que admitir que estava sendo ludibriada.

O "romance" seguia escondido, fazendo parte da rotina de Florisbela e seus amigos. Ocorre que, sem querer, ela contou a Rafael que seu marido tinha um valor alto guardado no banco. Então, Rafael arquitetou um plano: simular o sequestro de Florisbela para que o marido pagasse o resgate. No início, Bela, como Rafael lhe chamava, relutou, mas foi aceitando aos poucos, perguntando-lhe sobre cada detalhe de como seria.

Até que, numa manhã, Rafael e seu amigo lhe levaram para uma casinha velha numa floresta em Cumaru do Norte. Então, sem contato, o marido de Florisbela, fez o alarde, registrando a ocorrência policial do desaparecimento, mandando anunciar na rádio, na televisão e até distribuindo panfletos nas vias públicas e afixando cartazes nos postes de energia elétrica.

O senhorzinho dava entrevistas entristecido, abatido... Seu mundo parecia ter acabado. Ele amava tanto Florisbela, arrependia-se tanto de não ter feito suas vontades e não ter comprado sushi que ela tanto queria experimentar no último jantar.

No terceiro dia, entraram em contato, exigindo o pagamento de resgate de R\$ 80.000,00, recebendo instruções como fazê-lo. Então, Pedro acionou o delegado de polícia, que passou a monitorar a situação e, passando por aquele, marcou a entrega do valor numa noite, na estrada da Vila 71. Ocorre que, para parecer mais real, resolveram amarrar Florisbela pelos pés e mãos e deixá-la no local.

No horário marcado, o delegado e outros policiais civis conseguiram prender Rafael e seu comparsa Raul, que estava na empreitada com ele. Desde o início, ficaram calados e não deram pistas de nada. Ocorre que, o delegado conseguiu apreender o aparelho celular de Rafael, onde constava todo o envolvimento com a vítima e todo acerto do falso sequestro. Em seguida, conseguiram localizar Florisbela amarrada, toda marcada de picadas de formigas e outros insetos. Em seguida, prenderam-na numa cela sozinha. A velhinha arrumada e cheirosa apareceu como uma megera e safada diante da sociedade local. A imagem de uma idosa fofa sequestrada, como na foto do cartaz que foi divulgado na cidade, tinha acabado, ficando Pedro sem palavras... Não conseguiu suportar tamanha decepção, infartando imediatamente.

Florisbela era o retrato do desamparo: nem podia contar mais com Pedro e recebia almoço frio de uma antiga amiga de igreja, a Sra. Lilica, que era a única pes-

soa que podia contar. A solidão invadiu seu peito, sentindo algo parecido quando perdeu seu filho. O juiz não lhe deu liberdade provisória e foi denunciada pelo Ministério Público, juntamente com os demais envolvidos, tomando o caso as manchetes dos jornais locais. Não se falava outra coisa, a não ser da mulher safada, trambiqueira, condenada moralmente pela sociedade, que não aceitava uma mulher casada apaixonar-se por um jovem "playboy", no ano de 2006.

Pedro sobreviveu após procedimento cirúrgico. Os médicos se esforçaram para dar-lhe o melhor atendimento, envolvidos naquela história que passara na televisão e que fizera seu coração ficar apertado. Depois disso, fora visto andando por bares e ruas, alcoolizado, vagando nos braços da decepção.

Passado um tempo, Pedro teve que encontrar Florisbela numa sala de audiência, algemada. Mal podia acreditar e olhava falando pelos olhos o seguinte: "Meu amor, por que fizestes isso?". E ela respondeu-lhe, chorosa, da mesma forma, pelo olhar: "Eu não sei". Ele completou, falando para si mesmo: "Eu te daria minha vida, Florisbela". E ela não aguentou, chorando copiosamente, não conseguia falar nenhuma palavra. Ao levantar-se, ainda naquele local, ela disse-lhe: "Pedro me perdoa! Pedro me perdoa!". Ele só ficou olhando tudo aquilo, congelado em suas emoções.

As noites de Pedro e Florisbela foram longas. Nem um dos dois aceitava que tudo aquilo tivesse acontecido. Viver longe um do outro era duro demais depois de tanto tempo juntos.

Numa bela manhã, cedo, Pedro vestiu sua camisa xadrez e sua calça de brim e foi até a delegacia de polícia. Ao vê-lo, Florisbela ficou surpresa e começou a chorar, dizendo-lhe: "Oh meu amor, o que viestes fazer? Pedro entregou-lhe um buquê de flores, lacrimejando, dizendo-lhe: "Vim para dizer-te que te amo e que não vou te abandonar".

Aquilo, revigorou Florisbela, que voltou a ficar com semblante feliz. Descobriram que se amavam tanto, cada um do seu jeito. Aquela angústia dela de não saber se algum dia fosse ver Pedro de novo e dele ficar pensando o que iriam falar dele, se voltasse para ela, acabara ali, tinham certeza!

Então, Pedro decidiu que iria falar com o Promotor de Justiça, custe o que custasse. A fama do homem era grande, já tinha prendido o comandante da polícia militar, o prefeito, advogados e botado até o juiz de direito para correr da comarca. Fez suas orações e foi lá, relatando-lhe tudo, que sua esposa foi ludibriada, que o peso da lei não devia ser tão cruel para os amantes.

Por certo, Pedro foi à Promotoria de Justiça no momento certo: o Promotor de Justiça estava escrevendo as alegações finais do processo com sua caneta "Bic", de tinta azul, e fora tocado por todas as nuances do caso, resolvendo encampar o entendimento de que Florisbela fora enganada, que se cegou pela paixão e que já tinha ficado presa o suficiente, sofrido o bastante e pagado um alto preço perante a sociedade. As mulheres são mais julgadas quando erram do que os homens, todos sabemos.

Florisbela fora solta pelo juiz uma semana depois, em meio a um temporal de março. A última notícia que se soube do casal, Pedro e Florisbela, é que foram vistos saindo de mudança da cidade num caminhão. De Rafael e de seus comparsas nunca mais se teve notícia.

Até hoje, a história entre Florisbela e Pedro é lembrada na pequena cidade, sob julgamento, de aprovação por uns e desaprovação por outros, ficando a lição de que o verdadeiro amor transcende ao sexo e ao erro e que todo perdão só pertence aos que amam.

"Desesperar jamais"

(por Iolanda Brasileiro Parente)

Naquela manhã, depois do vendaval, fui chorar minhas desventuras às margens daquele lindo rio de águas esverdeadas, no portentoso Tapajós.

Foi então que apareceu a D.Teresa, que, ao ver-me naquele abandono, convidou-me para morar com ela. Mas, tudo nesta vida tem seu preço. Isso aprendi muito cedo.

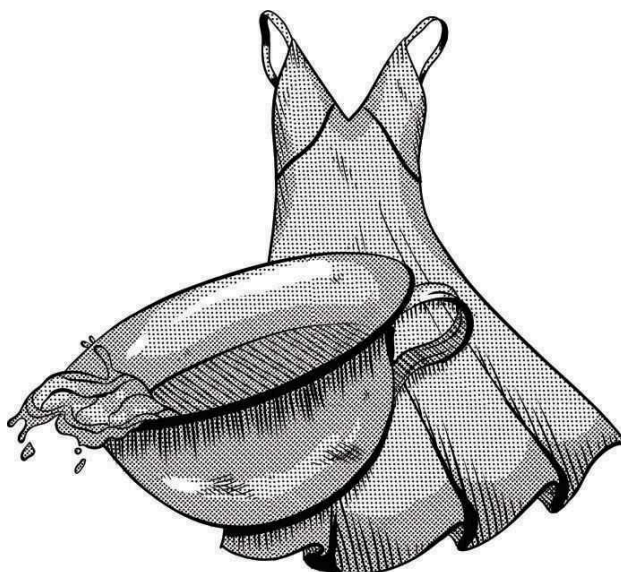
A casa na frente era um sobradinho de alvenaria e, para trás, construída em madeira. No fundo, já no igapó, ficava o banheiro e o sanitário.

No início era até tranquilo, a não ser pelo fato de ter de carregar à noite o penico escada acima e “pela manhã escada abaixo”. Não havia luz após as dez da noite e não era raro eu dormir com fome, a barriga roncando.

Às quatro da matina eu era acordada pelo programa evangélico da BBC de Londres, transmitida em português através de um potente rádio Transglobe, que funcionava à pilha. Durante a noite, não era raro que as catitinhas viessem brincar no punho da minha rede.

Mas, um dia, os amáveis anfitriões alugaram os fundos da casa de madeira para uma numerosa família.

“Pela manhã”, eu desfilava gloriosa pelo meio de crianças em direção ao banheiro com o penico nas mãos, arriscando-me a derramar o conteúdo nas cabeças das criancinhas.



E o meu trabalho? Não havia juiz, o pretor há meses não dava as caras por lá.

O delegado de polícia era um senhorzinho que chamava a vítima do sexo masculino de "vítimo"...Vão imaginando o resto...

Sem alternativa, decidi pegar o 3 de outubro ou a chatinha "Plácido de Castro" e fugir de tudo aquilo. Era isso ou eu enlouqueceria!

D. Céres, vizinha dos meus anfitriões, possuía uma farmácia e eu sempre que podia ia lá com ela. Era alegre e conversadeira. E comadre da minha hospedeira. Aí não teve jeito: no primeiro aceno, mudei de casa, fui morar com D. Ceres, graças a Deus!

O simples fato de não ter mais que desfilas com um penico cheio de mijó pelo meio de gente que eu não conhecia, já era garantia de felicidade!

"A Chuva e o choro"

(por Iolanda Brasileiro Parente)

Mocajuba dos anos 80 era um termo judiciário do município de Cametá. Foi o primeiro lugar em que exerci minhas atividades após ser empossada como Promotora de Justiça.

No dia seguinte à posse, acompanhada de Adélio Mendes e do Castelo, entramos em um minúsculo avião teco-teco que nos deixou em Cametá, onde cada um seguiu seu destino.

Adélio Mendes, gentilmente, levou-me até o porto e entregou-me aos cuidados do dono de um barco, cujo destino era a cidade de Mocajuba. O regatão estava entupido de peões que iam trabalhar na construção da hidrelétrica de Tucuruí, ainda no início.

O dono da embarcação logo providenciou uma rede e eu mais que depressa aboletei-me nela, sob o olhar assustador daqueles homens rudes. Enrolada na rede, vez ou outra a abria para respirar ar fresco e dava de cara com um peão.

Eu não sabia, mas o pior estava por vir...

Desembarcada, fui procurar onde morar. Indicaram-me a única pensão do lugar e, chegando lá, fui conduzida aos "meus aposentos". O lugar parecia uma estrebaria. A cama feita de palha... Em frente, um banheiro sem porta com um chuveiro quebrado parecendo uma cascata.

Chamei a responsável pelo local e me mudaram para os altos de uma casa que parecia estar em construção, onde "arrei" minha rede.

Antes que as trevas tomassem conta do lugar,



acomodei-me na rede, cansada, faminta e com sede, peguei no sono até que, de repente, na escuridão, alguma coisa voou em minha direção acompanhada de uma rajada de água gelada.

Sem quase nada enxergar, percebi que a janela tinha sido arrancada pelo vento e eu estava completamente encharcada com água da chuva. A rede e o lençol também, claro... uma rajada de água gelada.

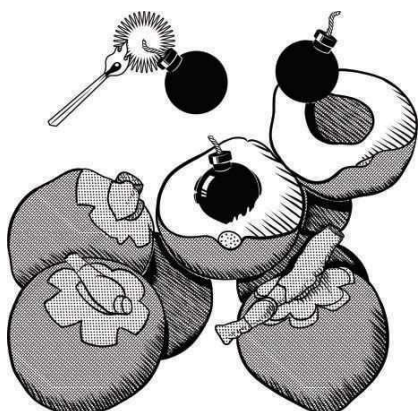
Sem quase nada enxergar, percebi que a janela tinha sido arrancada pelo vento e eu estava completamente encharcada com água da chuva. A rede e o lençol também, claro...

Sem outra alternativa, sentei em um canto do quarto e pus-me a chorar. Não havia quem me socorresse e ali fiquei até o dia amanhecer. Mal eu sabia que minhas desventuras estavam apenas começando.

Mas, nada como o tempo para apagar as más lembranças. Hoje são o que são... Memórias.

"As pupunhas da discórdia"

(por Iolanda Brasileiro Parente)



A pequena Moca pela banda da tarde pegava fogo. Das fossas abertas, vinha o cheiro indefectível de merda seca, que inundava a atmosfera.

Sem ar condicionado ou ventilador, refugiava-me em minha rede, que possuía um mosquiteiro. À noite servia para evitar que os carapanãs e os morcegos me comessem viva. De dia, espantava moscas e mosquitos.

Naquela tarde ardente, foram à casa de D. Céres, atrás da promotora para resolver um conflito de vida ou morte. Sem outra alternativa, entrei no Jeep que já me esperava, e pegamos o caminho que nos levava ao local do conflito.

Lá chegando, vimos dois grupos de pessoas armados de terçado e foice. No meio, uma pupunheira carregada de cachos. Um esplendor! Mas, a danadinha havia crescido justamente na zona de conflito entre dois vizinhos. Cada um reivindicava a posse das pupunhas para si.

Lembrei então de um caso ocorrido na cidade, anos atrás, em que retalharam um homem por causa de uma briga pela posse de mangas. A mangueira ficava em um lado do terreno e do outro derramavam-se os seus galhos carregados da saborosa fruta.

Aí me deu medo! Eu naquela Faixa de Gaza mocajubense, ainda ia sobrar para mim. Foi aí que tive um estalo e pedi que me trouxessem um machado. Convoquei um voluntário e ordenei que derrubassem o "pomo da discórdia".

Ainda bem que os tempos eram outros. Se fosse na atualidade, eu ainda acabaria presa!

Ninguém discutiu minha ordem e todos se retiraram cabisbaixos cada um pro seu lado.
Não tive mais notícias deles.

"Viagem inaugural"

(por Wanda Luczynski)

"O que interessa na vida não é prever os perigos das viagens, é tê-las feito"

(Agostinho da Silva).

Todas as viagens rendem-nos mais conhecimentos, boas histórias e dicas referentes a transportes, hospedagens, pontos turísticos e outras, que costumamos repartir com os amigos.

O certo é que uma boa viagem, com tempo bom, pode apresentar-nos a vida com cores mais vibrantes. Onde se pode apreciar o amanhecer quando o firmamento, sem manchas, mostra o sol espargindo ouro; durante o dia, no verde das matas, distinguir os diferentes e sofisticados aromas dos vegetais; no crepúsculo, dançar nas orgias de cores do pôr-do-sol; à noite, sonhando sob o céu pontilhado de estrelas, de canto a canto.

Com esse estado de espírito, descobrimos a alma imortal que dá um propósito à nossa vida e que, com suas asas, eleva-nos tão alto quanto queremos subir. E subimos, claro, para melhor apreciar a grande obra divina.

Na viagem, agora narrada, tive parte desses prazeres.

Despertei para a realidade quando o sol estava alto. E que realidade!

No primeiro semestre de 1985, prestei concurso para ingresso na



carreira do Ministério Público do Estado do Pará.

Ainda que trabalhando oito horas por dia, como Procuradora Jurídica do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e, de noite, lecionando Direito Civil na Faculdade de Direito do Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará (CESEP), fui classificada em segundo lugar. Tomei posse nas funções do cargo e prestei compromisso em 11 de junho daquele ano.

Na madrugada do dia 12, precisamente às 2 horas, viajei para Viseu - município que escolhi para exercer minhas funções - em um ônibus da empresa Boa Esperança, levando apenas a cópia de meu decreto de nomeação, meus documentos, roupas e alguns objetos de uso pessoal.

Estava feliz. Não por esperar uma viagem sem problemas. Estes haveriam de aparecer, com certeza, e eu confiava nas habilidades que Deus me deu para lidar com eles. Estava feliz por ter ingressado no Ministério Público.

Estava feliz porque a liberdade que conquistei com meu trabalho, desde os 18 anos de idade, quando ingressei no serviço público, era o meu maior troféu.

“Liberdade”, ainda que substantivo abstrato, é mais concreto do que você imagina! "Você só terá liberdade quando puder pagar suas contas, com a contraprestação do seu trabalho". Lição do meu pai.

Na fase inicial do concurso, durante as entrevistas, disse-me um dos membros da banca examinadora, folheando meu curriculum vitae e cópias dos títulos, que eu não me acostumaria em uma cidade do interior, porque residia e trabalhava na capital do Estado. Lembrei-lhe que nasci no interior e, portanto, adaptar-me-ia em qualquer localidade. Ademais, não fazia concurso para acumular títulos. Assim é que dei o primeiro passo para chegar até Viseu. Desistir, nunca!

O município de Viseu, localizado no nordeste paraense, tem origem em uma povoação que data do século XVI, mais precisamente, de 1521 quando, pela

primeira vez, um estrangeiro – Diogo Leite – adentrou nas terras habitadas pelos índios Tupinambás e Apotiângas. Transformado em município por meio da Lei provincial 301, de 22/12/1856, perdeu essa condição em 1930, por problemas políticos. Por meio da Lei Estadual 8, de 31.10.1953, reconquistou o status de município.

Apesar de a sede desse município distar, de Belém, cerca de 350 quilômetros, a viagem foi feita em mais de 11 horas. De Belém até o município de Capanema foi sem problemas, apesar de o ônibus parar muito, recebendo passageiros e cargas. Alguns contratemplos até o de Bragança. Deste, até Viseu, tive certeza do quanto seria espinhosa.

No terminal rodoviário da cidade de Bragança encontrei um banheiro limpo e, na entrada, quase atropelando os usuários, uma funcionária bem arrumada dentro de um macacão azul. Segurando um rolo de papel higiênico com as mãos, perguntou-me se eu queria comprar. Ao indagar sobre o preço, respondeu-me com outra pergunta:

— A senhora vai cagar ou mijar?

Espantada, logo entendi que o preço variava conforme a necessidade do freguês. Pedi-lhe que me desse tudo a que tinha direito e paguei. Ainda pude rir, apesar do espanto.

Subindo no ônibus, um major e um subtenente da Polícia Militar do Estado, meus conhecidos, disseram-me que eu teria mais trabalho, ainda. Minha missão, em Viseu, seria a de investigar o episódio ali ocorrido, de repercussão internacional, que culminou com a morte, em 4 de janeiro de 1985, de Quintino, auto-intitulado "gatilheiro".

Disse a eles que meu "batismo" seria de fogo, então. Se escapar da caldeirinha, serei crucificada. Enganei-me! A cerimônia de batismo iniciou tão logo o ônibus atingiu a Vila de Curupaiti. E foi com lama.

O trecho de Curupaiti até Viseu foi totalmente transposto dentro de um lamaçal, com crateras aterrorizantes. Quando as rodas dianteiras saíam de um buraco, as traseiras caíam em outro. E haja atoleiro! Nesse trecho viam-se carros atolados ou sendo rebocados por tratores. O tempo em que ali permanecemos pareceu a eternidade.

Em Viseu não havia residência para Promotor de Justiça, nem para Juiz de Direito. No lugar de hotéis, pequenas pensões.

Meu irmão mais velho – Estanislau Luczynski Júnior, o Stasiu – que, como funcionário do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), conheceu a maior parte dos municípios de nosso Estado, indicou-me a pensão de Dona Zuleide, onde ele se hospedou quando esteve em Viseu. Disse-me que era familiar, que oferecia boa comida e, enfaticamente, que usasse seu nome quando nela chegasse.

Entrei na pensão depois das treze horas, cansada e faminta.

Ouvindo o nome de meu irmão, Dona Zuleide mostrou-se solícita e, atendendo a meu pedido, deixou-me ficar só em um pequeno quarto onde havia, como mobília, apenas duas pequenas camas.

Tudo era muito simples. Espartano, poder-se-ia dizer.

O quarto não possuía janelas e, como acesso, apenas um vão; a porta foi substituída por uma cortina de chita estampada; suas paredes não iam até o teto. Às 23 horas, quando cessava o fornecimento de luz pelo gerador da cidade, uma lamparina era colocada sobre a parede que dividia os dois quartos. Passava-se a noite ouvindo a conversa dos demais hóspedes e sentindo o cheiro do pavio da lamparina queimando querosene e de cigarros.

Não estranhei. Nasci no interior do Pará e convivi com velas, lamparinas, candeeiros, portas e janelas tipo

"japás" e redes. Apesar disso, senti-me insegura. Mas, não pensei em desistir.

Na pensão, o único banheiro destinado aos hóspedes ficava no quintal. Lembrei que, no interior do interior, percorriam-se alguns metros até o lugar que chamavam de sentina ou latrina – meu povo curtia o latim – sobre uma ponte alta, feita com dois troncos de açazeiro, arrumados lado a lado.

Dona Zuleide, generosamente, autorizou-me a usar seu banheiro, dentro da pensão. Ufa! Enchi-me de gratidão por esse favor, principalmente quando, na manhã seguinte, vi alguns hóspedes escovando os dentes em torno de uma bica localizada no quintal, aparando água com as mãos e, outros, fazendo fila na porta do banheiro. Deu para rir com gosto, e lembrar do tempo em que, em casa, só havia um banheiro.

Após um bom banho e o almoço, fui ao único cartório – judicial e extrajudicial, de notas e registros públicos – para ver certificado o início do exercício em minhas funções na Promotoria. Nele, apenas um escrevente. Disse-me nada saber sobre os processos destinados à análise do promotor de justiça, vez que o funcionário do fórum não se encontrava em Viseu.

Recebi a certidão e resolvi inspecionar o vetusto casarão onde funcionava o fórum. Embora estivesse fechado, porque não havia juiz de direito na Comarca de Viseu, consegui adentrá-lo.

Na manhã seguinte, bem cedo e já descansada, fui visitar a delegacia de polícia. Encontrei-a sem delegado, sem escrivão, sem policial militar ou qualquer outro servidor. Gabinete fechado e cela aberta.

Dali, saiam uns cinco homens em fila indiana, seguindo um outro, montado em um cavalo, aparentando chefiar o grupo. Ao indagar, deste, sobre a estranha procissão, disse-me serem presos de justiça a caminho do trabalho.

— E o senhor? Perguntei.

- Sou preso de justiça, também, respondeu o homem.
- Por que motivo? Redargui, com bastante interesse.
- Torei o braço de um sujeito que queria me matar, enfatizou.
- Como? Insisti, ainda mais curiosa.
- Usei uma foice, relatou objetivamente.

Caramba! E eu, que até então, só havia "torado" cana-de-açúcar, para fazer roletes, fiquei perplexa diante de tamanha irregularidade. Resolvi não me identificar e deixar a narrativa oficial para o meu regresso a Belém, a qual deveria ser feita ao Doutor Arthur Claudio Mello, então Chefe do Ministério Público do Estado do Pará. Felizmente, eles saíam para trabalhar porque, não fosse isso, como sobreviveriam? A sede do município era o único lugar onde seu prefeito não era encontrado. Para quem pediria comida?

Ao bisbilhotar o Fórum, concluí que o Ministério Público, nas cidades do interior do Estado do Pará, era um exército de uma só pessoa.

Essa situação foi ratificada em Paragominas, para onde fui designada, logo em seguida. Vi que a máquina de datilografar tinha mais valor do que todo o conteúdo da mochila do Promotor de Justiça, à exceção de seus documentos. Se, na sala onde dava expediente, além da mesa e das cadeiras, houvesse um ventilador, ainda que pequeno, o Promotor de Justiça poder-se-ia considerar na antessala do céu.

Para minha comodidade, passei a levar minha máquina elétrica portátil, quando já estava respondendo pela Promotoria de Justiça do Município de Paragominas. Nunca me preocupei com a falta de uma secretária. Primeiro, porque essa figura não existia, então. Só fui vê-la em Santarém, nas salas destinadas ao Ministério Público; depois, porque jamais pediria, ao Prefeito Municipal, a cessão de uma servidora para exercer essa função; finalmente, porque sempre dei conta do meu trabalho e nunca tive problemas com a datilografia.

Os detalhes desta crônica - não uma queixa - não podem ser contidos em um relatório oficial, mas servem para mostrar que, se minha primeira viagem foi cheia de percalços, as viagens dos que me antecederam foram aventuras perigosas. Comparadas com a minha, diria que foram temerárias.

De tarde, fui em busca de um lugar habitável, para alugar. Nada encontrei.

Pensei: Se aqui permanecer, mandarei limpar o quarto de armas, no fórum, afastar os morcegos e ali me instalar. Os ossos humanos ali guardados não me amedrontavam.

Mesmo assim, não esmoreci. Segui o conselho de Goethe: "Vá até onde puder; quando lá chegar, poderá ver ainda mais longe".

Resolvi visitar a cidade, caminhando, lentamente, por suas ruas limpas e calçadas com pedras, que brilhavam ao sol. Sem me identificar, conversei com algumas pessoas, nas quais vi o lado hospitaleiro e a pureza da alma, já difíceis de encontrar.

Assim, fui parar nas margens do rio Gurupi, na divisa entre Viseu e o Estado do Maranhão. Às margens desse rio encontrei a sombra de um arvoredos, sob o qual pude abrigar-me e contemplar a natureza, com olhos mais tranquilos. Os barcos que por ele passavam remeteram-me aos rios da minha infância, no município de Abaetetuba. Demorei ali para apreciar o sempre misterioso pôr-do-sol sobre o rio. E, mais uma vez, em regressão até minha terra, lembrei-me dos seres misteriosos que costumavam amedrontar-nos à noite.

Precisava regressar a Belém.

O regresso, de madrugada, foi mais movimentado, ainda. Sem luz elétrica, literalmente puxada pelo fiscal da empresa Boa Esperança – a quem fui recomendada por Dona Zuleide – para chegar ao terminal rodoviário. Uma fraca lanterna iluminava o caminho.

A poltrona onde sentei, sobre a roda dianteira direita, dava um salto a cada vez que o ônibus caía em um buraco. Mas eu resisti.

Antes de chegarmos à Vila de Curupaiti, o fiscal – que teimava em ser chamado de Ceará – perguntou-me se podia revistar os passageiros, porque uma senhora dizia ter-lhe sido furtado o dinheiro que trazia no bolso.

De jeito nenhum! Se houver delegacia de polícia em Curupaiti, diga ao motorista que pare o ônibus diante dela, onde a passageira poderá registrar a ocorrência e obter providências do delegado ou de quem lhe fizer às vezes, respondi.

Sem que pudesse contê-lo, o fiscal postou-se de frente para os passageiros e gritou:

— Atenção, todo mundo. A Promotora de Justiça, aqui, avisa que todos vocês irão para a delegacia de polícia.

Tive vontade de me enfiar sob o banco. Apesar de tudo, a ameaça do Seu Ceará surtiu efeito, quando alguém falou não ser mais necessária a intervenção da polícia, porque o gatuno havia atirado o dinheiro no chão do ônibus. Ao mesmo tempo, sem que pudessem detê-lo, um homem saiu do ônibus pela janela.

Chegando em Belém, esperava-me uma portaria do Chefe do Ministério Público do Estado do Pará, designando-me para responder pela Promotoria de Justiça do Município de Paragominas.

Escapei da cruz, mas fui para a caldeira!

"O pescador e os cacuris"

(Por Daniele Maria dos Santos Dias)

Ah, a vida na pacata cidade de Gurupá. A pobre promotora de justiça, recém-chegada e cheia de esperanças, não poderia imaginar que seu primeiro dia seria marcado por uma denúncia tão inusitada.

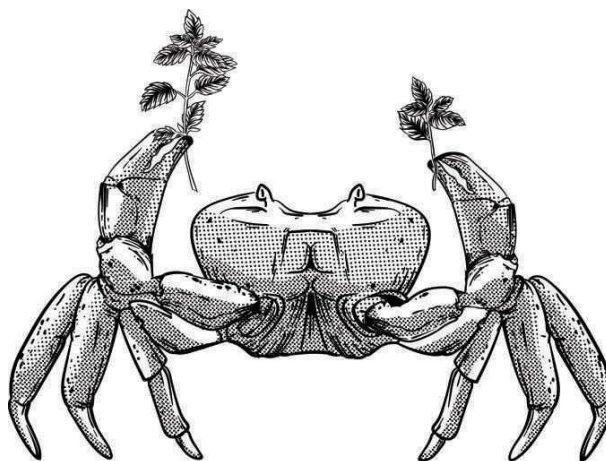
Imagine só a cena: a pobre moça, toda pomposa, pronta para fazer a diferença no mundo, sendo recepcionada com uma denúncia de um pescador furioso. O coitado do João havia feito algo terrível, segundo o denunciante: tapou o igarapé, bateu timbó e levou todos os cacuris! Que tragédia, não é mesmo?

E lá foi a nossa justiceira em busca de um tradutor, afinal, um crime tão complexo merecia toda a atenção e cuidado. Imagino a cara do tradutor ao ouvir a denúncia: "Então, Doutora, o que o senhor pescador está reclamando é que o João bloqueou o riacho, usou uma planta venenosa e roubou todos os caranguejos de água doce".

E lá vai a pobre promotora, tentando entender e solucionar um problema que nem nos piores pesadelos de sua vida urbana ela poderia imaginar. Ah, a vida na pequena e pacata Gurupá, onde até os crimes são tão singulares quanto os habitantes.

E assim, com os cacuris roubados, a planta venenosa e o riacho bloqueado, a pobre promotora aprendeu a lição de que na vida na justiça, nada é simples e tudo pode acontecer.

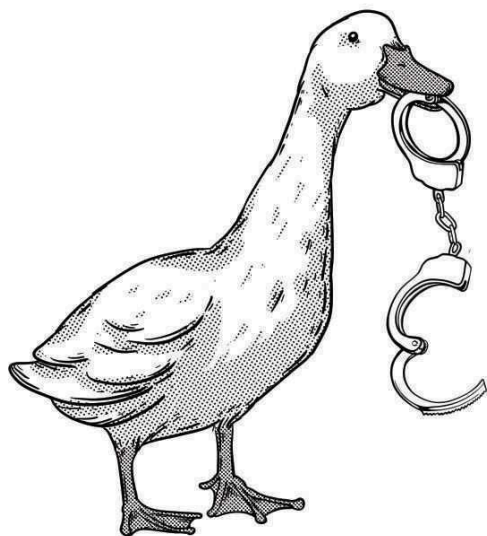
E assim seguia a vida na pequena cidade, onde a única coisa mais perigosa



do que um crime era um denunciante animado. Palmas para a coragem da nossa promotora de justiça, que nunca imaginou que iria ter que lidar com crimes tão inusitados em sua carreira. Vida que segue, Gurupá!

"Cada promotor tem o réu preso que merece"

(por Daniela Souza Filho Moura)



O ano era 2003 e eu tinha menos de um ano de carreira como Promotora de Justiça. Fui titularizada em uma longínqua promotoria do Marajó. Não da parte turística, que todos querem conhecer, mas daquele lado, dos piores índices de desenvolvimento humano do Brasil.

Munida do meu note-book, peguei um barco, e 14 horas depois, desembarquei naquele quadrado de madeira no meio da baía, onde me aguardava um típico "pôpôpô", para me levar à sede do município.

Estava sendo aguardada pelo Juiz da comarca, que precisava instruir com a máxima urgência um processo de réu preso. O único da comarca. Era uma tentativa de homicídio triplamente qualificada, em uma época em que a Lei de crimes hediondos continha todo tipo de restrições a crimes dessa natureza e ninguém questionava a sua constitucionalidade.

Ao chegar na sede do município, deixei meus teréns e fui para a primeira audiência, onde conheci Carlos Alberto, o réu do grave processo.

Ao fim dessa audiência, o juiz já marcou a próxima, para oitiva das testemunhas, para 15 dias depois. Eis que precisava me dividir entre dois municípios. Na data designada, aguardávamos a apresentação, o que não ocorria.

Incomodado com a demora na apresentação, Dr. Diogo dirigiu-se à diretora da secretaria, indagando acerca de Carlos Alberto e de sua apresentação, e ela,

entre receosa e constrangida, confessou que havia esquecido de fazer o ofício requisitando a apresentação do réu.

O Dr. Diogo, obviamente, ficou muito chateado e Georgete pediu para que ele não se preocupasse, que ela daria um jeito, pois mandaria Zeca, o faz-tudo do fórum, à delegacia, onde se encontrava custodiado o réu, para pegar o preso, afinal, a delegacia ficava a 200 metros do fórum.

A solução foi prontamente rechaçada pelo magistrado, que indagou se Georgete achava, realmente, que a delegacia local era a casa da mãe Joana, e que bastava chegar lá para pegar o preso.

— Georgete, ligue para a delegacia, que eu falarei com o delegado, disse o Magistrado.

Claro que naqueles rincões, não havia delegado de Polícia Civil. A equipe da delegacia se resumia a um escrivão *ad-hoc*, o "Chico". Tampouco, havia telefone na delegacia, mas apenas um orelhão em frente.

A informação é necessária, caro leitor, porque a ligação chamou, chamou, chamou, até que finalmente, alguém atendeu.

— Alô, quem está falando? Indagou o Magistrado.

— Carlos Alberto, responderam do outro lado.

— Carlos Alberto, o réu? Aqui é Diogo, o Juiz. Carlos, não sabes que estamos só te esperando para começar a tua audiência? Questionou o juiz.

— Doutor, eu sei, mas eu não posso sair e deixar a Delegacia sozinha! Retrucou.

Incrédula com a situação que ouvi, decidi, na manhã seguinte, fazer uma visita carcerária surpresa à delegacia local, a primeira que fiz na minha carreira.

Saí, junto com meu secretário, Sebastião, e me dirigi à Delegacia.

Cheguei ao local por volta das 9h e o lá parecia pouco frequentado. Bati palmas à porta, como a esperar um convite para entrar, mas ninguém apareceu. Resolvi

entrar, lembrando-me das minhas prerrogativas legais e constitucionais.

Ninguém na antessala. Vejo uma placa em uma porta: "Delegado de Polícia". Resolvo começar por lá. Abri a porta, certa de que encontraria Chico. Ledo engano...

Ao abrir a porta, sentado, com os dois pés em cima da mesma, estava Carlos Alberto, assistindo Xuxa no Mundo da Imaginação, na TV.

Ele nem se levantou, só me disse "oi, doutora". Perguntei por Chico, e ele, ainda com os olhos grudados na TV, me respondeu que não sabia onde estava.

Pedi licença a Carlos Alberto para continuar minha visita carcerária, e ele disse que eu podia ficar à vontade.

Analisei todos os cômodos do local, até chegar ao bloco carcerário, onde, ao entrar na cela, encontrei uma rede atada. Quem dormia na rede, na cela? Chico, obviamente!

Voltei para a Promotoria de Justiça, e fui ter com o magistrado, que tinha ainda menos tempo de carreira do que eu, e tanto medo do estágio probatório quanto qualquer um. Disse a ele que aquela situação era absurda, que estávamos mantendo um preso para inglês ver, porque obviamente ele preso não estava.

Diogo, com toda razão, argumentou que não havia o que ser feito, afinal, se tratava de um crime hediondo, e não admitia liberdade provisória.

Passei alguns dias matutando a questão, até chegar a uma solução que eu reputei brilhante.

— Diogo, vamos fazer o seguinte: eu vou fazer um pedido de diligência, vou pedir um laudo complementar da vítima. Sabes bem que aqui no Marajó essas diligências demoram anos, então eu vou pedir que, para não haver constrangimento ilegal à liberdade ambulatorial do réu, ele seja posto em liberdade. Sugeri.

Diogo quase caiu da cadeira. Disse que não podia ser feito e eu indaguei quem ficaria sabendo, se nem defensor público tínhamos na comarca com regularida-

de? Eu não ia recorrer, ia ficar só entre nós. Não sem muito argumentar, Diogo entendeu que Carlos Alberto só nos dava trabalho em vão com relatórios e informações sobre a sua situação carcerária.

Tudo acertado, manifestação protocolada, decisão juntada aos autos, saí de férias.

Ao fim de um mês, enfrentando novamente a saga de transporte fluvial, chego ao meu município, e ao adentrar o fórum, quem é a primeira pessoa que eu encontro? Carlos Alberto! Abri um sorriso e pedi que entrasse, imaginando eu que vinha me agradecer a grande deferência que lhe havíamos feito, eu e o magistrado, arriscando nossas carreiras, tão no seu início.

Ao se sentar, Carlos Alberto prontamente falou:

— Doutora, eu queria entender porque a senhora me mandou embora da Delegacia.

— Como é, Carlos Alberto? perguntei.

— Doutora, quem vai cuidar da minha horta na Delegacia? Quem vai cuidar dos patos que eu tava criando lá? Indagou-me o rapaz.

Ainda não acreditando no que estava ouvindo, disse a Carlos Alberto que aquilo era um absurdo, que ele não imaginava o contorcionismo jurídico que precisamos fazer para resolver a situação dele, mas ele insistia em reclamar.

Sem saber o que fazer, só baixei a vista, peguei os processos que me aguardavam em minha mesa, e disse:

— Carlos Alberto, eu vou começar a trabalhar. Eu vou contar até três, e se, ao levantar os olhos, tu ainda estiveres na minha frente, eu te aviso que vais preso neste instante, e só sairás da prisão no dia que o inferno congelar. UM... DOIS... TRÊS!

Levantei a vista e Carlos Alberto não estava mais lá.

É, definitivamente, cada Promotor tem o réu preso que merece. Carlos Alberto era o meu. Mas não pense o leitor que meus problemas com ele acabaram. A cada

final de semana, a cada bebedeira, era um novo problema. Em pouco tempo, Carlos Alberto foi preso novamente. Desta vez, pra valer!

"O libertador de almas"

(por Márcio de Almeida Farias)

Era uma noite quente do verão amazônico numa pequena cidade da região do baixo Tocantins, Estado do Pará. A lua cheia brilhava como prata nos céus. Reinava absoluta. Na madrugada, por volta das 3h22, Márcio acordou assustado e tenso com o sonho que teve.

Ele atuava como Promotor de Justiça titular naquela cidade, mas sempre estava disposto a contribuir nas cidades vizinhas quando era necessário. Ele se considerava um verdadeiro soldado do Ministério Público, pronto para agir.



Mas, vamos voltar ao sonho que inquietou nosso personagem. Márcio sonhou que estava em uma estrada coberta por uma densa névoa, que pareciam nuvens do céu. Nessa estrada, estava um jovem vestido de branco pedindo socorro. O jovem apresentava um ferimento na cabeça. Ele se aproximou de Márcio e o tocou em seus braços

dizendo, de forma desesperada:

— Por favor, me ajude! Minha cabeça está doendo muito. Só você pode me ajudar. Só você pode me ajudar! Dizia o jovem.

Márcio acordara assustado. Ficou sem entender o que havia sonhado e muito menos quem era o rapaz que lhe pedia ajuda.

A vida seguiu normalmente a partir daquele dia, até que mais ou menos dois meses depois do sonho, Márcio foi convocado a participar, como Promotor de Justiça, de uma sessão de Tribunal do Júri em uma

grande cidade daquela região. Já havia até mesmo esquecido do sonho daquela fatídica noite...

Márcio não costumava estudar os processos dos júris que participava com antecedência. Geralmente, estudava os casos na véspera dos julgamentos, ou às vezes até um pouco antes das sessões. A razão disso era a falta de tempo e o excesso de carga de trabalho aos quais são submetidos os Promotores e Promotoras de Justiça no Brasil.

Não havia tempo para nada, eram escravos do trabalho.

Ao analisar o caso que seria julgado, na véspera do julgamento, Márcio observou que se tratava de uma situação de homicídio duplamente qualificado. Na denúncia do Ministério Público, que é a peça que inicia o processo penal, era narrado que um rapaz de 19 anos havia sido brutalmente assassinado por um Policial Militar em uma festa realizada naquela cidade.

No dia do julgamento, o Policial Militar acusado do crime, foi devidamente apresentado pelos agentes penitenciários, pois estava preso preventivamente desde a ocorrência dos fatos. Várias testemunhas oculares do crime foram ouvidas. O acusado permaneceu em silêncio em durante seu interrogatório.

O clima estava pesado. Chegou a fase dos debates. Márcio, como Promotor de Justiça, iniciou sua fala e adotou uma postura técnica, mas bastante combativa. Trajava um paletó preto, camisa branca e uma gravata vermelha, por cima, colocou sua beca, toda preta, com gola verde. Pedia que os jurados condenassem o policial, porque foi comprovado pelos depoimentos das testemunhas oculares que o este havia executado de forma cruel o jovem rapaz. Dizia ele que os jurados não poderiam aceitar impunidade na cidade. Usava várias frases de efeito para prender a atenção. Dizia, por exemplo, que "o papel do Ministério Público é fazer justiça e que a justiça naquele caso era a condenação".

Explicava que para o MP postular a condenação de alguém era necessário que fossem comprovados dois elementos: materialidade delitiva e a autoria. O primeiro elemento refere-se à prova material do crime. No crime de homicídio, o laudo necroscópico é o documento que comprova esse elemento. Já a autoria refere-se à comprovação de que foi o autor do crime.

Ao mencionar a materialidade delitiva, Márcio explicou, detidamente aos jurados, as conclusões do laudo necroscópico realizado no corpo da vítima. Ao manusear o laudo, Márcio teve um insight: ao ler a descrição das causas da morte do rapaz, se lembrou do sonho que teve meses antes. Naquele momento, ele entendeu do que se tratava. Não era mais julgamento. Era algo espiritual ou sobrenatural.

De acordo com o laudo do perito criminal, o jovem rapaz de 19 anos foi morto com um tiro de pistola ponto 40 na nuca, de forma covarde. Não havia motivo nenhum. As testemunhas que estavam no local viram o policial cometer o crime.

Quando entendeu que se tratava de algo diferente, Márcio utilizou todo seu potencial como orador para buscar a realização da Justiça. O jovem teve sua vida ceifada de forma totalmente injusta. Foi executado de forma fria e cruel. Não houve sequer chance de fugir. Ele foi abatido como um animal qualquer em um matadouro.

O julgamento se estendeu até à noite. A energia do ambiente continuava pesada. Márcio não tirava o sonho da cabeça. O rapaz ferido na cabeça pedindo ajuda. Todos cansados.

Ao final, os jurados, seguiram a manifestação do Ministério Público e o poder de convencimento de Márcio e condenaram o acusado pelo homicídio duplamente qualificado pelo motivo fútil e pelo recurso que dificultou a defesa da vítima. O juiz, que presidiu o julgamento, fixou a pena que o acusado deveria cumprir em mais de 25 anos. Os familiares da vítima parabenizaram emocionados o Promotor.

No júri, não há vencedores. O que se busca é simplesmente a justiça. A responsabilização criminal daqueles que cometeram crimes dolosos contra a vida. Quem comete um homicídio deve ser punido na forma da lei. Este é o papel do Ministério Público. Naquela noite, a Justiça havia sido feita. Missão cumprida!

Ao chegar no hotel em que estava hospedado naquela cidade, Márcio pôde enfim descansar do dia tenso e na alta madrugada teve um novo sonho: o mesmo rapaz que havia aparecido no sonho anterior, apareceu novamente e disse a Márcio o seguinte:

— Muito obrigado. Agora, posso descansar em paz!

Talvez as religiões expliquem o que houve. Por exemplo, na Bíblia, no livro de Gênesis (4: 9-12) vemos que o primeiro crime que se tem notícia foi justamente um homicídio. Caim matou seu irmão Abel. E depois de matá-lo, escondeu seu corpo. Quando Deus sentiu falta de Abel, perguntou a Caim o que havia acontecido. Caim mentiu e disse que não sabia do paradeiro de seu irmão.

Foi quando Deus lhe disse que o sangue de Abel clama da terra para mim por justiça. Ou seja, Abel somente poderia descansar em paz se Caim fosse punido. E foi. Deus o mandou para um certo exílio.

Depois dessa experiência, Márcio passou a entender que nada acontece por acaso. Tudo nessa vida tem um propósito. Passou a defender a ideia de que temos uma missão na Terra: libertar almas de pessoas mortas em crimes violentos, através da realização da justiça, esta é a missão.

"Júris, sonhos e emoções"

(Por Erick Ricardo de Souza Fernandes)

Itaituba. Início de mais um júri. Várias pessoas transitavam. O réu solto se dirige ao local apropriado àqueles que serão julgados. Antes, porém, havia se despedido de uma mocinha que teria por volta dos 12 anos.

O réu era jovem. Tinha 28 anos.

A todo instante os olhares do pai e da filha se cruzavam.

Notava-se a torcida daquela menina. A cada depoimento, a cada movimento no plenário, uma expressão de torcida por parte da filha pelo pai. Ela expressava ansiedade misturada com apreensão.

No intervalo do almoço, sem que me vissem, vi os dois abraçados chorando e o pai dizendo que ia dar tudo certo.

Após os debates em plenário, o réu foi absolvido por legítima defesa. Até parentes da vítima depuseram a seu favor, o que legitimou ainda mais o pedido de absolvição pelo Ministério Público.

Ao final do júri fiquei sabendo que a mãe da menina morrera quando esta ainda era bebê e o pai quem lhe criava.

Fim do júri. Abrem-se as portas do plenário. A expressão de apreensão naquela menina se torna mais nítida.

O juiz lê a sentença. Eu me volto em direção àquela expressão de amor filial que se expressava nos olhos dela.

Vai demorar para eu esquecer os brilhos nos olhos daquela menina no momento da leitura da sentença, um



brilho de esperança e de amor.

Fim do júri. Abraçaram-se demoradamente e eu passei pelos dois com a certeza do dever cumprido.

O Ministério Público é acima de tudo, justiça!

"Que nada escandalize o seu coração"

(Por Erick Ricardo de Souza Fernandes)

Duas mães. Uma filha. Vários destinos.

Como aquilatar as dores humanas?

Término de um júri, a mãe do réu condenado tinha expressivo olhar de dor, mesmo entendendo a dinâmica das coisas. Há três meses perdera um outro filho. Ela vem, me abraça, chora copiosamente e agradece por eu não ter usado palavras duras em relação ao seu filho, mesmo sendo ele um réu confesso.

Término de outro júri. Outra mãe. Esta chorava a perda da filha. Como não lembrar de nossas próprias filhas? No final do júri me abraça, chora e diz que a justiça foi feita. Tem alento nos olhos.



Desenrolar de um terceiro júri. A filha depõe em favor do pai. Agruras do destino. Dores sem tamanho. Erros que comprometem várias vidas. Chora no plenário. É um choro verdadeiro. O condenado foi seu pai do coração, foi o pai que não teve até os dois anos. Lembra daquele homem, assassino confesso, que lhe aconchegou nos braços. Quem há de atirar a primeira pedra mesmo nessa

situação?

São vidas em desfiles. Dores em evidências de todos os lados.

As dores humanas e compromissos que ligam todas aquelas famílias. Às vezes, a revolta rodeia nossos corações, e logo vem a imagem de Chico Xavier, num belo

sábado de setembro, dizendo àquele jovem que nunca saberia que seria promotor de justiça: "Meu filho, que nada escandalize o seu coração. Entenda TODAS as dores".

Só recentemente entendi a exortação!

Em uma conferência, um estudante perguntou à antropóloga Margaret Mead o que ela considerava ser o primeiro sinal de civilização em uma cultura. O aluno esperava que Mead falasse sobre lanças, potes de barro ou pedras de amolar.

Mas não, Mead respondeu que o primeiro sinal de civilização em uma cultura antiga era um fêmur que havia sido quebrado e depois curado. Mead explicou que no reino animal, se você quebrar uma perna, você morre. Não se pode fugir do perigo, ir ao rio beber ou procurar comida. Você é presa fácil para predadores saqueadores. Nenhum animal sobrevive a uma perna quebrada por tempo suficiente para que o osso se cure.

Um fêmur quebrado e curado é evidência de que alguém se deu ao trabalho de ficar com o caído, enfaixou o ferimento, carregou-o para um local seguro e o ajudou a se recuperar.

Mead disse que ajudar alguém em dificuldade é o ponto onde começa a civilização de nossa espécie.

Portanto, entender e acolher a dor é o que nos torna mais humanos.

"Façamos o bem enquanto ainda há tempo"

(Por Erick Ricardo de Souza Fernandes)

Jacareacanga. Nome difícil de se pronunciar. Mais difícil ainda é chegar à cidade. Seja por terra, seja pelos céus, a viagem é acompanhada pelo medo intenso.

Num dos júris, tínhamos como ré uma moça de nome Arlete. Ainda era bastante jovem, mas continha uma alma envelhecida pelas dores da vida. Sem pai, sem mãe, crescera sem rumo. Aos 19 anos se envolve numa briga com uma amiga. Luta corporal e um único golpe tira a vida de sua amiga.

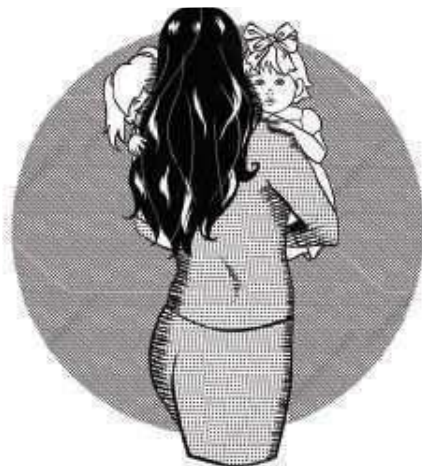
Arlete, desesperada, leva a amiga ao hospital nos braços, conforme todas as testemunhas. Vê-se então que utilizou toda sua força naquele dia. Aquele corpo esquelético mal tinha vida.

Ninguém sabia nada de Arlete, além de que ela era mãe de duas meninas, ainda crianças. Passara quatro anos no cárcere. Praticamente cumprira a pena por homicídio simples. Os jurados entenderam que uma condenação criminal não teria mais efetividade naquele caso: só serviria como antecedentes. Absolveram a ré, que já cumprira a pena.

Arlete não tinha mais expressão no olhar. Apenas disse que queria arrumar um emprego e cuidar das filhas, que a esperavam em frente ao fórum. Eu não saberia dizer os sonhos da maioria das pessoas daquele plenário, mas os sonhos das filhas de Arlete, ainda crianças, com certeza era a felicidade.

"Façamos o bem enquanto ainda há tempo. De repente, fica tarde demais."

Peguei o voo de volta, olhava o tapete de árvores,

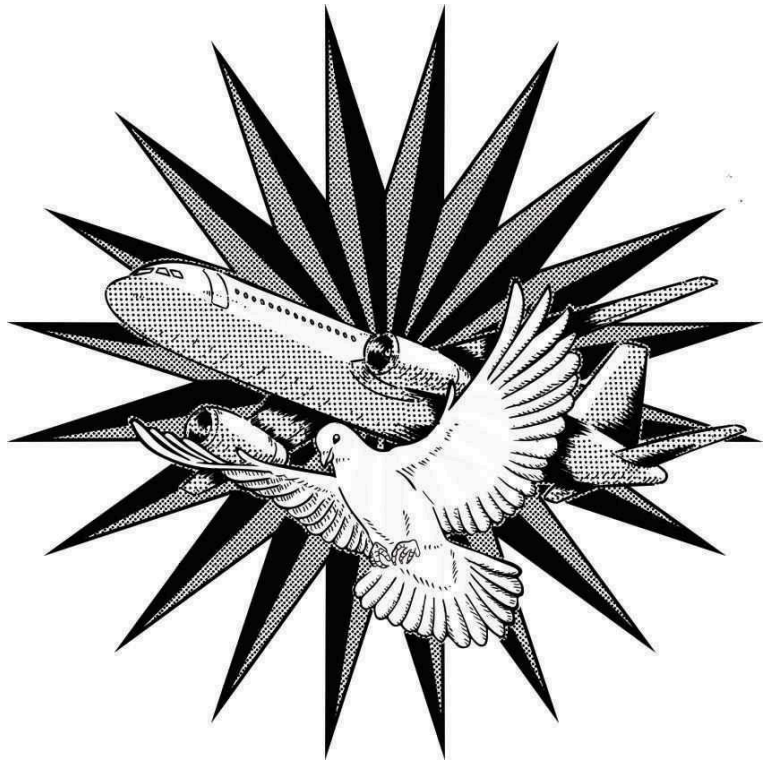


rios e belezas naturais no itinerário Jacareacanga-Itaituba. O medo desapareceu naquele momento e olhando o riso do sol, imaginava o riso no rosto das filhas de Arlete.

"Conexões, perdão e Justiça!"

(Por Erick Ricardo de Souza Fernandes)

Destino final: Santarém. Acordo às 2h10 da manhã para chegar ao aeroporto de Marabá, logo em frente ao hotel. Aliás, mal dormi, tive um dia longo de viagem. Semana de júris. No aeroporto, aeronaves que chegam, aeronaves que partem. A maioria absoluta faz apenas conexão.



Fazendo júris, acabamos ficando muito em contato com mortes e com as maldades humanas, o que nos faz pensar na vida. É uma conexão esquisita. De um lado, o pensamento cristão de perdão; de outro, o pensamento cristão da justiça.

É preciso se despir de conceitos rígidos. Não há vencedores em um júri!

Enquanto pensava na justiça do mundo, uma voz lembra a conexão, aliás, duas vozes: uma metálica de uma moça simpática e outra suave e interna a me lembrar da necessidade de conexão com Deus. Aquela passageira, assim como nós, está perene, como deve ser.

As pessoas se apressam para não perder a conexão... a Brasília. Mas estamos muito atrasados em nossa conexão com Deus.

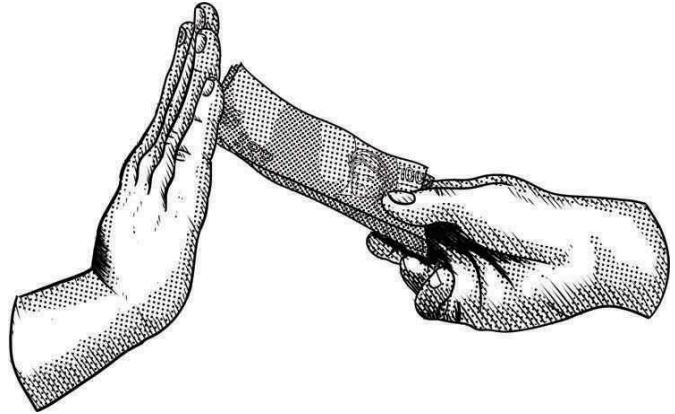
De inopino, dando um susto em todos, a voz metálica chama para embarque imediato. Eu me dirijo ao voo, lembrando aquela forte, perene e necessária conexão

diária (Com Deus). Levanto os olhos discretamente para o alto e em pensamento digo: Obrigado, Senhor!

"Tentativa de Suborno"

(por Francisco Barbosa de Oliveira)

Corriam os anos 80 da centúria passada e o sudeste do Pará, como um todo, ardia em ebulição permanente. Lá, quilômetros abaixo da Serra dos Carajás, instalara-se um



colossal formigueiro humano chamado Serra Pelada. Foi o maior garimpo a céu aberto que este país já conheceu. Dessa época, restam hoje apenas alguns renegados, além de um grande lago, no qual enterraram-se, para sempre, vidas e sonhos perdidos, resquícios de tristes utopias, esmagados pela brutalidade dos tempos e da vida.

Depois de duas décadas de governo militarista, o país ansiava pelo retorno à normalidade democrática e, nesse contexto, o sonho do povo brasileiro, sobretudo das gerações mais novas, era a possibilidade concreta de votar, o retorno imediato das eleições diretas. Como um determinismo histórico, parecia descortinar-se, diante de todos, o fim do regime castrense e o retorno dos civis ao comando da política brasileira.

Começara, havia alguns anos, uma razoável flexibilização política, a partir da qual alguns direitos foram permitidos, contingência que alguns generais chamaram de democracia relativa. Contudo, ainda iria demorar alguns anos para que esse sonho ganhasse ares de realidade possível.

As regiões sul e sudeste do Pará, que foram, de muito tempo, objeto de intensa prospecção de minérios, deram a largada no mais auspicioso ciclo de mineração, a partir da interligação da Serra dos Carajás com o litoral

maranhense. Uma ferrovia interligou essas distantes regiões geográficas e, do subsolo paraense, um ferro de elevado grau de pureza, passou a ser exportado para distantes latitudes continentais.

Dezenas de quilômetros depois da Serra dos Carajás, no sentido de Marabá, ocorreu, de repente, uma grande explosão demográfica. Descobriu-se ouro de aluvião, numa região que passou a ser chamada, da noite para o dia, de Serra Pelada e também, ao cabo de alguns meses, transformou-se na maior utopia capitalista daqueles conturbados tempos, uma das maiores sagas extrativistas ocorridas no solo brasileiro.

Mais uma vez o fascínio dos garimpos irrompeu abruptamente e a vida dos homens, não tinha mais sentido se não estivessem com uma bateia nas mãos, em busca da riqueza fortuita, da mitológica corrida do ouro. Todos, quase sem exceção, tornaram-se garimpeiros. Intensas foram as correntes migratórias, chegadas das mais diferentes regiões nacionais. Até aquele tempo, toda a vasta região do sul e sudeste paraenses pertencia ao município de Marabá, só ocorrendo redivisão territorial a partir de 1988, com a edição da nova Carta Magna.

Adventícios chegavam dos mais diferentes Estados, deixando para trás suas famílias, suas histórias e seu passado. Premidos por necessidades e tribulações tantas, nada, porém, os demovia da certeza de que um dia haveriam de voltar para suas terras, ostentando tudo aquilo que a riqueza pode oferecer, pois traziam consigo a certeza de que cedo ou tarde iriam bamburrar, verbo que, no jargão garimpeiro, significa enriquecer, encontrar, nas entranhas telúricas do seu barranco, que era sua porção de terra, uma generosa pepita de ouro.

Não havia, para aqueles garimpeiros, nenhuma sombra de imponderabilidade no seu futuro. A certeza de enriquecer era inequívoca, como a coragem de cavar a terra, de carregar sacos cheios de cascalho e subir minúsculas escadas, feitas ao sabor do improviso, pois

sabiam que ali estava o ouro que a sorte lhes reservara. Um dia, cedo ou tarde, eles o encontrariam. Esta certeza estava amarrada em suas consciências com nó de marinheiro. Afinal, o que era o garimpo senão uma grande viagem nas águas da vida?

Atraído pelo garimpo de Serra Pelada, um dia lá desembarcou um aventureiro chamado Celso Goiano, procedente das terras de Pedro Ludovico, consoante sugeria o gentílico que lhe acompanhava o nome. Seguindo os passos da massa de nômades que o antecederara, juntou todos os seus haveres, e rumou para o garimpo, com a convicção de que de lá só sairia tangido pela doce brisa da riqueza.

No seu histórico de vida, havia registros de tenacidade, como em tantos outros aventureiros, pois já estivera em muitos garimpos, dos quais saíra escorraçado pela frustração de que o único mineral que encontrara não ia além de pequenas pedras de ouro de tolo.

Algo, porém, lhe dizia que em Serra Pelada seria diferente. Quando lá chegou e viu aquela massa colossal subindo e descendo escadas de madeira, verdadeiros farrapos humanos correndo em busca do mesmo ideal, não teve dúvida: ali haveria de plantar seu destino e, em algum momento – teve certeza imediata: a sorte haveria de lhe sorrir. Disse, portanto, a si mesmo, que daquele turbilhão só sairia rico. Permitiu-se, sem titubeios, esse presságio animador.

Com seus contratados, voltou-se para o garimpo como se cada dia fosse o último, pouco importando a fome às vezes presente, o sol desértico e setentrional e as incertezas decorrentes de trabalho tão doloroso. Será que o sinete da desilusão garimpeira mais uma vez haveria de imprimir-lhe, na alma, a marca do fracasso devastador? A esperança, contudo, lhe fazia companhia em todas as horas.

Eis que um dia, sonolento e nebuloso, avançava

como se arrastasse correntes, como se não suportasse o peso das horas. Celso Goiano, um tanto taciturno, pensou consigo mesmo: que dia triste!

Fizeram a refeição e, em seguida, desceram para o barranco. Celso ficou na choupana improvisada, contando as dificuldades financeiras crescentes, e ruminando as incertezas de uma atividade difícil e pouco alvissareira, porém, sedutora.

O sol já se distanciava amainando a canícula da tarde, e aquele aglomerado de seres errantes crescia cada vez mais, caminhando apressados, como se rumassem para lugar nenhum, em busca de um sonho cada vez mais esgarçado e distante para quase todos.

De repente, ouviu-se um tropel, irrompendo os estreitos limites da modesta acomodação. Era um dos seus garimpeiros que, ofegante o chamava, pedindo-lhe para descer até o barranco.

Quis saber do que se tratava, mas não recebeu resposta satisfatória, só lhe restando sair em desabalada carreira em direção ao local das escavações. Lá chegando, o alvoroço era grande, não lhe restando tempo para fazer perguntas.

Sentado estava outro garimpeiro, esbaforido, com algo sobre as pernas trêmulas. Ao aproximar-se, Celso não acreditou no que viu, quase caindo diante da constatação. Tratava-se daquela que seria a maior pepita de ouro encontrada em Serra Pelada, durante todo seu período de exploração. Mostrava-se hesitante, pois tudo aquilo era bom demais para ser verdade.

De repente, passou-lhe um filme na lembrança, recordando sua trajetória garimpeira, plena de fracassos reiterados, que quase o fizeram desistir de tudo. Convenceu-se de que sua tenacidade o conduziria, a partir daquele instante, ao seleto universo dos milionários. Não se contendo, emitiu um grito altissonante de felicidade! Sim, valia a pena ser garimpeiro, imaginou transbordante de satisfação.

Sentado, no interior da choupana, depois de acalmar-se, estava consciente de que havia bamburrado em Serra Pelada. A pepita encontrada foi um divisor de águas em sua vida, e a partir daquele momento sua rotina nunca mais foi a mesma. Cercado de atenções pelo gerente da Caixa Econômica Federal, na agência instalada no interior do próprio garimpo, vendeu-a por um valor astronômico, uma cifra diretamente proporcional ao tamanho da colossal pepita, não sem antes prestar longa entrevista ao Jornal Nacional, exibindo-a para todo o Brasil e potencializando, com todo o sensacionalismo, o desejo de todos os garimpeiros de lhe seguir as pegadas - e também enriquecer.

Passados esses momentos, Celso Goiano foi ao seu Estado de origem, visitou a família, aconselhou-se com os pais e retornou a Marabá. No mesmo barranco, continuaram trabalhando os garimpeiros, porém ele estabeleceu-se especificamente na cidade, visando ao gerenciamento da polpuda quantia financeira, e sobretudo buscando encontrar as mais seguras aplicações.

Como de hábito na região, não demorou a decidir-se pela aquisição de grandes porções de terras, extensas fazendas para a exploração da pecuária intensiva. Comprou uma área tão grande que era impossível a concentração de apenas uma fazenda e, com isso, dividiu-a em cinco grandes lotes, criando, em decorrência, cinco grandes fazendas.

Não demorou a comprar gado de corte, seguindo as modernas técnicas de zootecnia e montar, em todas as fazendas, um grande plantel bovino, dando-lhes moderna estrutura administrativa. Seu grande objetivo era tornar-se o maior fazendeiro do sudeste do Pará. Celso Goiano, deslumbrado com a riqueza que lhe batera às portas, esqueceu-se de montar um efetivo esquema de segurança nas suas propriedades, e não demorou para que uma delas fosse ocupada por um grupo de invasores, o que

sempre foi comum na zona rural do sudeste do Pará.

Quando se deu conta, o referido grupo, em torno de sete componentes, ocupou uma larga faixa de terra numa das suas fazendas, passando a derrubar, em seguida, vegetação nativa. Chamava-se Zezão o gerente das suas fazendas, trabalhador de confiança que o acompanhava, desde terras goianas, havia mais de 20 anos. Começou trabalhando com o pai de Celso, e depois o acompanhou para gerenciar as fazendas em solo paraense.

Afirmou Zezão, mais tarde, que tentou dialogar com o grupo de invasores, porém estes, de modo irredutível, recusaram-se a abandonar a aludida propriedade. Segundo a versão do gerente da fazenda, os invasores foram refratários a quaisquer argumentos apresentados, apoiados na afirmação de que Celso Goiano não precisava daquelas terras, já que era dono de muitas fazendas.

A partir daí não houve mais tentativa de diálogo. Celso Goiano, homem rude e de pouca instrução, não quis mais buscar alternativas para o desate amigável, decidindo, segundo comentários de terceiros, que, se eles não queriam sair por bem, não teria problema algum: sairiam por mal.

Segundo a crônica sub-reptícia dos matadores de aluguel, o dono das fazendas foi à cidade de Imperatriz, no Maranhão, conhecido reduto de pistoleiros profissionais, e lá recrutou o que havia de melhor nesse "ofício", levando-os para fazer a "limpeza" da fazenda. E eles fizeram.

Chegaram à fazenda num início de tarde, fazendo-se passar por viajantes, até granjearem a confiança dos invasores e, quando estes de nada mais duvidavam, eles agiram. Apenas um não morreu, pois estava retornando ao local e, quando ouviu os estampidos, deduziu do que se tratava e evadiu-se da fazenda, só deixando o esconderijo na manhã do dia seguinte, diante da certeza de que todos os pistoleiros haviam partido.

Depois de mortos por armas de fogo, receberam golpes de arma branca e, posteriormente, foram ligados por uma forte corrente e jogados nas águas do Rio Itacaiúnas. Quando o sobrevivente conseguiu sair do esconderijo, dirigiu-se à Delegacia de Polícia de Marabá, dando conhecimento do ocorrido, que, em curto espaço de tempo, ganhou as páginas da imprensa local e nacional.

Tratava-se de uma das maiores chacinas que aquela região paraense já conheceu em qualquer tempo. A riqueza de Celso Goiano só não foi maior que sua perversidade e sua estupidez. A partir daquele instante toda a força policial da região partiu em seu encalço, pois todos sabiam de quem era a fazenda, como tinham conhecimento de que fora ocupada por invasores. Tudo, portanto, levava ao seu nome.

Tivesse um resquício de bom senso e negociado com os invasores, certamente até hoje estaria lá, na condição de maior pecuarista do sudeste paraense. Terra havia a mancheias, mas o despotismo malévolo da sua conduta o impediu do exercício construtivo da racionalidade social.

Fugiu imediatamente para não ser preso e passou, por meio de intermediários, a vender suas terras. Mesmo dizendo que nada tinham que ver com a chacina dos invasores, todos os seus trabalhadores e vaqueiros foram presos e recolhidos ao estabelecimento carcerário de Marabá. Inclusive Zezão, seu gerente de confiança. Ao cabo de alguns meses, algumas das fazendas, que não foram vendidas, estavam malcuidadas, e o gado sendo gradativamente roubado.

Celso Goiano, que tanto fizera para enriquecer, logo depois vendeu seu patrimônio, para fugir da Polícia Federal, que o perseguia em todos os recantos territoriais, nas regiões de garimpo e fazenda. Dele nada mais restava em Marabá, porém confienciava aos conhecidos que só iria descansar quando libertasse Zezão, o gerente de

todas as fazendas da sua família.

Esse comentário estava na boca de todos, menos nas páginas do Inquérito Policial que investigava a terrível chacina. Da minha mesa eu tinha plena visão da entrada do meu gabinete de trabalho. Jovem idealista, ingressara no Ministério Público e lá estava, numa região historicamente violenta, sobretudo em função dos desdobramentos sociais trazidos pelo maior garimpo em atividade no solo brasileiro. Ainda não se encontrava em vigência a Carta Magna de 1988.

Diariamente recebia, na minha sala, pessoas oriundas das mais diferentes regiões, muitas com um pé na pobreza, e quase todas ingressando no terreno inóspito da miséria degradante. A grande utopia na vida de todos era o garimpo, a única possibilidade concreta de mobilidade social.

Um dia, sentado à minha mesa, vi de relance cruzar a porta, que alguém deixara aberta, um homem de elevada compleição física. Era um ambiente de grande rotatividade, pois de modo quase frenético entravam e saíam. Numa época onde a exclusão social, como hoje, grassava por todos os lados, falar com o Promotor de Justiça era sempre uma esperança renovada.

De repente aquele homem fez o caminho inverso e aí tive a certeza de que ele trajava paletó e gravata. Num átimo acercou-me a intuição de que poderia ser aquele o advogado de Celso Goiano, que lá poderia estar com o intuito de restituir a liberdade a Zezão, o gerente das suas fazendas. E era mesmo.

Demorou-se um certo tempo, talvez por saber que naquele momento eu atendia uma pessoa e, quando esta saiu, decorridos alguns minutos, ele entrou. Com passos e gestos firmes, ar imperial, cumprimentou-me com educação e, antes que eu mandasse, sentou-se. Parecendo estudar cada atitude, cofiou o bigode, e fez a primeira pergunta:

—O sr. é o Promotor Francisco Barbosa?

—Sim, respondi-lhe.

Buscando intimidade, prosseguiu:

—Nem parece! Rapaz novo, rosto imberbe, não lhe assusta tanta responsabilidade pesando sobre os ombros? Afinal, o senhor lida com muitos casos difíceis, tenho certeza.

—Verdade. Muitos casos, e um deles, certamente, é o que traz o senhor aqui. Respondi.

Meio desconcertado, tentou esboçar um sorriso. E, em seguida, foi direto ao assunto, demonstrando objetividade:

Doutor, eu e o senhor somos pessoas ocupadas, por isso vamos direto ao assunto.

—Doutor, sou todo ouvidos. Pode começar, já que o assunto é seu, retruquei.

—Sou advogado do Celso Goiano e estou aqui em Marabá com o propósito de soltar seu empregado, de nome Zezão, afirmou secamente.

Como se nada entendesse, apostei num argumento de ingenuidade, afirmando:

—Creio que o senhor deduziu sua pretensão num pleito formal e, tão logo receba o processo, vou apreciá-lo com zelo e atenção.

Ele, quase rispidamente, retrucou:

—O senhor não entendeu...

E eu, no mesmo tom, respondi:

—Doutor, realmente eu não entendi. Seja claro, por favor.

E ele então foi de uma clareza meridiana:

—Doutor, vamos nos entender. Estou aqui para soltar o Zezão, que é homem de confiança do meu cliente. O Celso Goiano é um homem rico, sendo que dinheiro para ele não é problema. O senhor é o Promotor do caso e já dei entrada num pedido de revogação de prisão

preventiva. Estou na dependência de um parecer favorável seu. Aqui, entre nós, não vai sair daqui, quanto o senhor quer para dar, neste caso, um parecer favorável? Peça quanto quiser.

Engoli em seco, me recompus, e procurando apoiar-me num equilíbrio emocional que me fugia, fui rápido e terminativo:

— Doutor, não temos mais nada que conversar, pois aqui neste momento nosso diálogo chega ao fim. Não vale a pena insistir, pois nossos métodos são diferentes. Não o recrimino, porém comigo o senhor, nos termos propostos, não conversa mais. Muito mais que dinheiro, eu procuro entesourar valores éticos e morais, se é que o senhor me entende.

Ele levantou-se, com certa desfaçatez e disse:

— Desculpe-me se o ofendi, e não diga nada a ninguém. Se disser, eu nego.

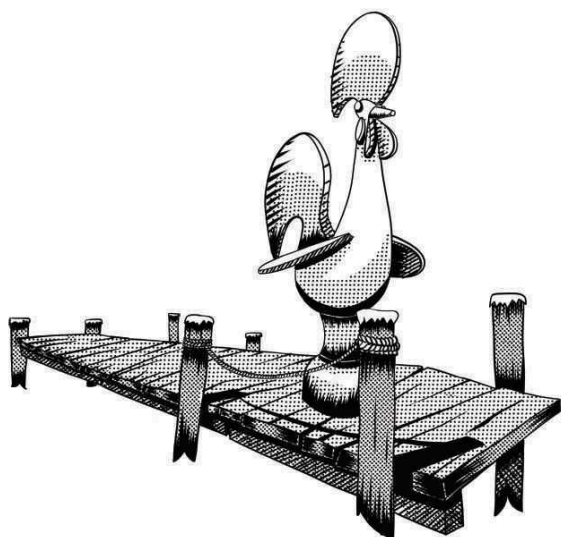
Levantou-se, despedindo-se com ar de enfado, e saiu lentamente, parecendo estar profundamente aborrecido. E certamente estava. E ali fiquei, tamborilando os dedos sobre a mesa, na certeza de que aquele episódio fora um divisor de águas na minha vida. Se buscasse haveres, ali os teria encontrado, mas outros são os valores da minha caminhada.

Levantei-me, dei alguns passos no interior da sala, plenamente convencido de que fizera a coisa certa. Eu estava quase de partida para a capital e aquele processo nunca me chegou às mãos.

Sobre o advogado, jamais o reencontrei. O episódio, contudo, carimbado pelo sinete da memória, sempre me acompanha como indubitável preceito moral.

"O Promotor e o comerciante"

(por *Estevam Alves Sampaio Filho*)



Logo depois de ter passado cerca de um ano como promotor de Justiça de Itaituba, em companhia do saudoso colega Sival Castro, com quem muito aprendi numa época muito perigosa e violenta, consegui remoção para uma comarca na região das ilhas. Em pouco tempo o juiz foi

removido e não tínhamos delegado.

Assim, os poucos três policiais que guarneciam o município sempre estavam para falar comigo sobre algum incidente ou prisão. Era a época do presidente Sarney, do Cruzado, e alguns produtos foram tabelados, inclusive a venda do frango, em que o acréscimo de um centavo já seria crime. Havia pouco comércio no município e a população atenta com as regras de congelamento.

Então, ora os munícipes, ora os policiais me procuravam para denunciar alguma majoração de preço. O promotor mandava averiguar e, sendo verdade, o comerciante era notificado para comparecer à promotoria e, advertido verbalmente, comprometia-se a não repetir o erro, sendo liberado e tudo voltava à rotina.

Mas havia um comerciante, o maior do município, que era campeão nas reclamações. Mesmo depois de várias advertências e promessas sempre voltava a exceder a tabela. Alguns vereadores já estavam irritados com o comerciante português. E, já no final do mês, nas vésperas de eu viajar a Belém, período do pagamento, recebi uma comissão que exigia providência imediata contra o infrator. Depois de apaziguar os ânimos, mandei

dois policiais para conversar com o comerciante e, se possível, que viesse ao meu gabinete. Os policiais voltaram dizendo que ele se negara em comparecer e que só viria se fosse preso. Sinuca de bico. No começo da noite, como programado, viajei para Belém.

Na manhã seguinte, os policiais, segundo ouvi, depois de novas denúncias, chegaram a prender, em flagrante, o português. Soube disso pela rádio Cipó. E pelo advogado, único que aparecia na comarca, que me ligou insistindo para que eu liberasse o preso. Nova sinuca de bico... Sem juiz e delegado, como o promotor poderia resolver aquela situação? Um dia depois de preso, falei ao telefone com o mais antigo dos soldados, e vendo que nada havia sido formalizado, mandei que soltassem o comerciante e que logo que eu retornasse ele seria novamente notificado. Com o silêncio posterior da rádio Cipó entendi que o comerciante já estava em casa.

Naquela época nos comunicávamos mais através de uma central telefônica do município, tinha de marcar horário ou entrar numa fila de poucas cabines. Ou, quando a gente encontrava alguém de lá pelas ruas de Belém. E foi isso que aconteceu. Deparei com um vereador que, na surpresa de ter me encontrado, via uma providência de Deus. Ele me disse, com os olhos arregalados, voz baixa e bem pausada, que o comerciante estava me esperando em todo barco que aportava.

Que havia propalado que no dia que eu voltasse me daria uma surra e me jogaria no rio. Ele pensava que eu é que havia mandado prendê-lo, embora não fosse. Mas era o que corria na cidade. Percebia-se que alguns sentiam temor, mas outros, amigos do português, até apostavam que ele mesmo cumpriria a promessa de surrar o promotor.

Como todo ser mortal, temi pela minha sorte e compareci perante o Procurador Geral de Justiça, Arthur Cláudio Mello. Depois de conversar comigo, fazer algumas perguntas, me acalmou e mandou que permane-

cesse mais tempo em Belém, antenado com os acontecimentos da comarca. Foi o que fiz e começaram a chegar aos meus ouvidos frases de encorajamento, de que o comerciante não teria coragem, e de que não era verdade, e que o povo apenas aumentara para atijar o medo no promotor.

Com os ânimos fortalecidos pela rádio Cipó, comuniquei ao PGJ que estaria voltando. Ele me fez algumas recomendações, até prometeu me colocar noutra comarca se eu realmente corresse algum risco. Assim, peguei o barco de volta. Mas ia preocupado e pedia a Deus proteção. E me lembrei de um delegado federal de Itaituba, com quem fiz amizade e com quem participei de algumas operações, que dizia admirar o promotor de Justiça pela sua inata coragem, pois fazia sem titubeio as acusações, apontando no nariz do réu de que era culpado e deveria ser condenado a tantos anos de prisão. Depois, lembrava o delegado, o promotor saía do tribunal sozinho, sem proteção. Com o delegado era diferente, ele sempre andava protegido por vários agentes que lhe davam segurança.

O barco, também, em meio a procelas do Marajó, seguia para municípios distantes e eu desceria no meio da viagem. Em seguida tomaria um barco menor que me levaria ao meu município de lotação. Pela manhã, cedo, na hora do café no barco, vi um cabo da Polícia Militar sentado perto e o cumprimentei. Logo começamos a conversar e perguntei para que município ele ia. E me surpreendi ao saber que iria para o mesmo que eu. Daí aproveitei para lhe contar os meus temores, mas logo ele disse: "Não se preocupe, doutor, eu já matei muitos bandidos. Fique tranquilo, vou ser seu segurança".

Desembarcamos no início da manhã, em belo dia de sol naquelas paradas. O cabo seguiu comigo até em casa. As pessoas se entreolhavam e alguns me cumprimentavam, até diziam que estavam com saudade. O presidente da Câmara foi me cumprimentar no meio do caminho e disse que estava receoso que mandassem

outro promotor, porque eles já me conheciam, já estavam acostumados e me fez os seus elogios. Eu sorria e agradecia, escondendo qualquer nervosismo. O cabo, em silêncio, seguia em passos cadenciados ao meu lado. Até me lembrou os meus antigos tempos de caserna. Parece que íamos hastear a bandeira.

No dia seguinte, em meu gabinete, notifiquei o comerciante. Não foi encontrado. Sua esposa era que tocava o comércio. Depois veio o advogado e me disse que o comerciante viajara, saíra do país e não tinha previsão de retorno. "Doutor, ele é uma boa pessoa, pacato, tudo que falaram é mentira do povo, ele se treme de medo do senhor. Deixe isso para lá, doutor". Foram as palavras do causídico, em tom de petição oral.

Depois, de não muito tempo, a comarca festejou a chegada de um juiz, e também de um delegado e um defensor público. Bons ventos chegaram e se instalaram naqueles sítios às margens de um belo e caudaloso rio. Contos e causos se multiplicavam entre os ribeirinhos. Mas, voltando ao comerciante, confesso que nunca mais o vi.

"A Voz da Cidadania"

(por Franklin Lobato Prado)

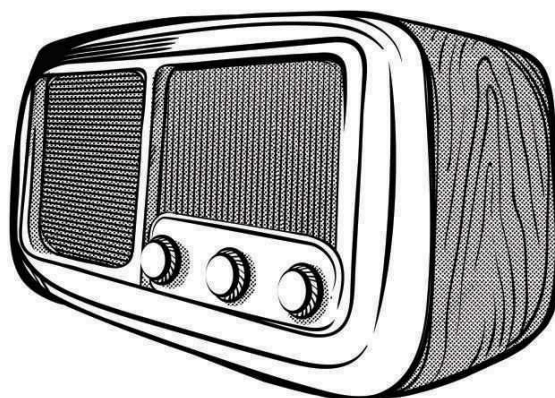
Em 1995, atuava como promotor em São Sebastião da Boa Vista, quando idealizei uma maneira de divulgar os direitos do cidadão a um público mais amplo. Oficiamos ao então prefeito, Juarez Guimarães, solicitando a criação de um programa de rádio chamado "A Voz da Cidadania".

A proposta era difundir temas como direito constitucional, direito do consumidor e direito de família, por meio da Rádio Boa Vista, com abrangência para todos os municípios da região do Marajó, incluindo São Sebastião, Limoeiro do Ajuru, Muaná, Currálinho, Oeiras e alcançando a zona rural de Breves.

O programa era transmitido às sextas-feiras, das 8h às 9h, e rapidamente recebemos cartas e telefonemas de pessoas interessadas em conhecer mais sobre seus direitos. Em uma ocasião marcante, eu estava em São Sebastião, precisava viajar para Belém e, devido à falta de barcos, improvisei uma viagem em uma voadeira com o juiz e um professor em direção a Currálinho para pegar o barco Bom Jesus de Breves.

No meio do caminho, a voadeira teve problemas no motor, nos deixando à deriva na baía, utilizando apenas os remos. Após um longo esforço, alcançamos uma ilha na região de floresta, em Currálinho. Enfrentamos ataques de mosquitos, carapanãs e outros insetos enquanto tentávamos encontrar ajuda.

Finalmente, avistamos uma luz no interior da floresta. Ao nos aproximarmos, descobrimos

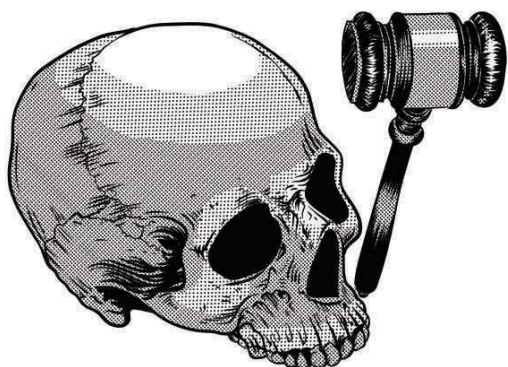


uma casa de madeira com palha de buço e um candeeiro. O habitante, inicialmente desconfiado devido à presença de piratas na região, relutou em nos ajudar. No entanto, ao descobrir que eu era o promotor responsável pelo programa "A Voz da Cidadania", a esposa do morador reconheceu e decidiu auxiliar. Utilizando um barco que estava no igarapé, o morador nos levou até Currálinho, garantindo que chegássemos a tempo de pegar o barco para Belém.

Ao nos despedirmos, a senhora pediu para enviar um alô no programa "A Voz da Cidadania". Essa experiência destacou a importância do programa na vida das pessoas e como a informação sobre direitos fundamentais poderia criar laços inesperados em situações cotidianas.

"O fórum mal-assombrado"

(Por Tatiana Ferreira Granhen)



Essa história é para quem não acredita em fantasmas mas, que a partir deste relato, passará a acreditar. O ano era 2019 e eu estava respondendo pela Promotoria de Justiça do município de Vigia de Nazaré.

O fórum funcionava em uma casa antiga e, na época, o gabinete do Ministério Público ficava dentro do mesmo prédio. Eram comuns as histórias de "visagens" na cidade e sons estranhos ouvidos por todos. Eu, apesar de ouvir e estranhar, achava graça e creditava os tais fenômenos ao vento, às pessoas, tudo, menos assombração.

O tempo foi passando e episódios de atenderem ligações e não falarem nada, portas e janelas batendo, passos estranhos no corredor, intensificavam-se e a estagiária, vez por outra, relatava que o computador "digitava sozinho" letras aleatórias, o telefone tocava e quando atendíamos faziam ruídos estranhos. Eu brincava o tempo todo, dizendo que se realmente houvesse fantasma, era "para ajudar a despachar os processos e não para ficar fazendo graça".

Em um sábado, a assessora e a estagiária decidiram ficar no gabinete para organizá-lo, pois o servidor tinha passado em outro concurso e saído do MP. Para contextualizar: antes de alguém conseguir adentrar no fórum, há um portão na frente (que quando não há expediente, fica trancado com cadeado), bem como há grade com cadeado na porta frontal (pesada de madeira) e grades nas janelas laterais.

As moças trancaram tudo e estavam trabalhando

tranquilamente, até que ouviram passos no corredor. Pararam o que estavam fazendo e se entreolharam, sem querer acreditar, afinal não dava para culpar o vento pelos passos, que se intensificaram, como se houvesse várias pessoas correndo.

Como nesses momentos a mente humana sempre busca o racional, ambas pensaram que o fórum estava sendo invadido e, aos prantos, ligaram para o marido da assessora, que estava no município, a fim de que este acionasse a polícia.

Lembraram, então, de passar a chave na porta do gabinete, pois estava fechada, mas, sem estar trancada. E aí, a experiência foi para outro nível, quando uma delas segurou na maçaneta para girar a chave, a maçaneta foi girada para outro lado e a porta foi puxada, chegando a abrir um pouco.

O choro já era livre e as duas se atracaram na maçaneta da porta, duelando com um dos "meliantes", até que, com muita dificuldade e uso da força, conseguiram girar a chave e se trancarem no banheiro.

Chegou, então, o marido, na porta do fórum e ligou para a esposa, informando que o cadeado do portão estava intacto, assim como a porta principal e sua grade, e que havia dando uma volta e atestado que as grades das janelas também estavam sem sinais de arrombamento.

O corre-corre no corredor parou e as meninas saíram do gabinete. O fórum estava vazio. Apenas elas se encontravam no local.

Foram embora, para lá de apavoradas e me contaram o fato na segunda feira, mais uma vez, chorando. Uma confirmando a versão da outra e o que vivenciaram.

Ficou a lição para nunca mais duvidar de visagem nos Fóruns da vida!

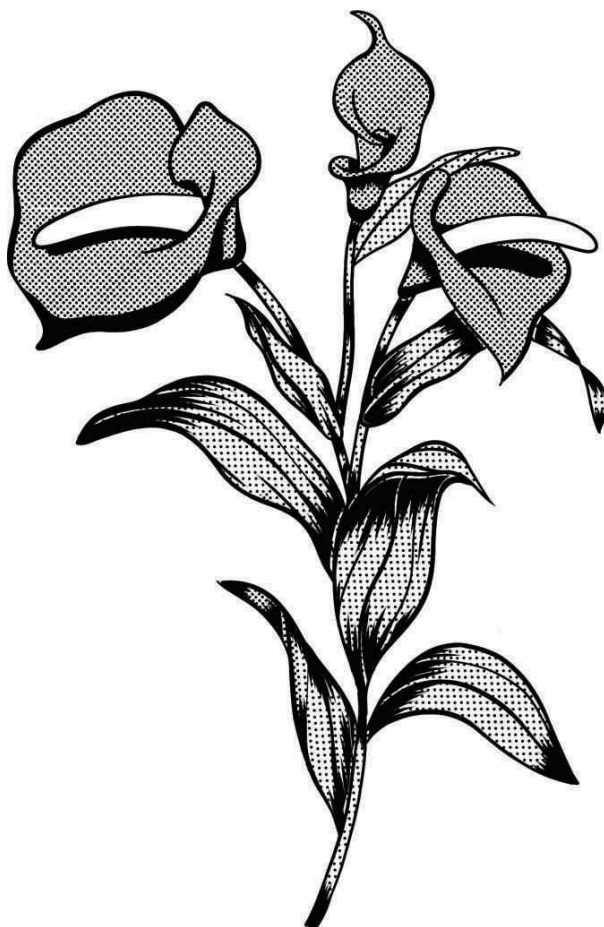
"A natureza e a vergonha"

(por Suely Regina Ferreira Aguiar Catete)

Em 1991, aos 32 anos, ingressei no Ministério Público e, apesar de já ser mãe de duas crianças lindas, de 7 e 5 anos e de já ter 12 anos de serviço público praticamente todo na capital, ainda era muito ingênua sobre a vida, principalmente, da vida no interior.

A 1º Promotoria de Justiça que fui encaminhada foi a de Juruti, município do oeste paraense, fronteiro a Parintins, no Amazonas. Na época passaria 5 dias viajando no navio da ENASA para chegar lá ou, se preferisse, podia pegar um avião de madrugada para Santarém, onde me dirigia ao porto para pegar um barco e passar de 14 a 17h navegando, até chegar a Juruti.

Naquela época Juruti era Termo Judiciário da Comarca de Óbidos e vivia dos repasses legais. O único hotel existente ficava na margem do rio, justamente onde tinha ocorrido o fenômeno das Terras Caídas, ou seja, sem margem. Todo em madeira, com frestas para todo lado. Segundo soube, até então, nunca um Promotor de Justiça tinha morado ali e virei a "sensação" do município.



O expediente judiciário era dado na "casa" do pretor, que disponibilizava uma "sala" totalmente vazada, para mim e outra "com privacidade" para ele. O imóvel era todo em taipa (traçado de madeira com barro) coberta com cavacos (pedaços de madeira). A sala do MP tinha 3 portas: a de acesso da casa, a de acesso a sala do pretor (parede esquerda) e o vão/porta que a separava da cozinha (parede dos fundos); além de duas janelas, uma ao lado da porta da frente e outra na parede lateral direita.

Como me tornei a atração da cidade, logo às 8h a população estava pendurada nas janelas e portas do imóvel; o que demonstra que nenhum atendimento era "personalíssimo".

Não só no município de Juruti, mas na região, como um todo, era comum as meninas começarem a vida sexual muito cedo, antes mesmo da primeira menstruação e, pior ainda, geralmente com parentes.

Assim, um dia, chegou uma senhora para "queixar-se" em relação a um cidadão, rapaz de uns 18 anos que se interessara por sua filha, de 13 anos e, desta forma, iniciaram um namoro sem muitas pretensões ou compromissos, tudo com o consentimento dos pais da adolescente.

O casal de jovens era acostumado a ser visto passeando e se divertindo pela cidade, porém, em um belo dia o rapaz a chamou para sair e lhe "mostrar a natureza", o que de fato ocorreu. Toda essa situação foi narrada em frente a todos, mas eu desconhecia o real significado do "mostrar a natureza", começando assim a sessão mais vergonhosa de minha vida, pois eu dizia que mostrar a natureza para uma jovem não era crime e a senhora insistia na afirmação, até que alguns dos "olheiros" com dó de mim, explicou-me que na realidade o rapaz havia mostrado o pênis para a adolescente. Busquei, mas não encontrei nenhum buraco para me enterrar.

A frustração aumentou ainda mais, quando tentei

fazer um registro para proceder criminalmente contra o rapaz, já não tinha delegado no município. Aliás quem tomava conta e tinha as chaves da delegacia era um "preso".

A senhora então me disse que, na realidade, buscara o Ministério Público, apenas para obter uma reparação financeira, queria uma máquina de costura e tudo estaria resolvido.

Passei uma vergonha imensa, perante os munícipes e tive a infelicidade de saber que era costume, situações como aquela ser intermediada e resolvida pelo pretor daquela forma.

"A Música do Vizinho"

(Por Benedito Wilson Corrêa de Sá)

Em uma bela manhã eu estava em meu gabinete, na comarca de Anajás, onde eu respondia cumulativamente com Belém, quando recebi a visita de uma senhora bastante idosa.

A senhora pediu permissão para entrar, chegou comigo, deu bom dia e disse a mim que tinha ido procurar o Ministério Público para dar queixa de seu vizinho.

Então, a fim de amenizar, eu sugeri a ela que não brigasse com o vizinho:

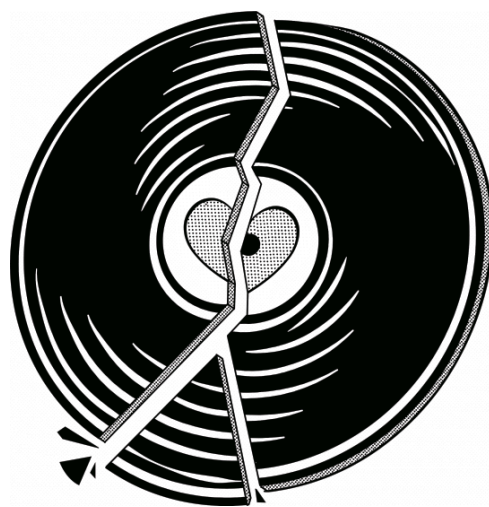
— Senhora, poxa, não faça isso... A gente não briga com vizinho... Vizinho é o primeiro que dá bom dia, o primeiro que empresta a farinha quando falta, imagine que a senhora, no meio de um açaí para tomar, percebe que não tem farinha. Já pensou? O vizinho também é o primeiro que pode socorrer em caso de emergência, defendi. Então ela retrucou dizendo:

— Eu sei doutor. Eu sei que ele é o primeiro que me dá bom dia, que pode me emprestar farinha e me socorrer em uma necessidade médica, eu sei de tudo isso. Mas, eu não tô mais aguentando o meu vizinho e vim aqui já como um último recurso porque eu tô pra ficar louca.

— Tá certo, então me diga o que foi que o seu vizinho fez de tão grave para que a senhora esteja nesse estado de espírito? Questionei.

— Doutor, o senhor conhece aquelas músicas da sofrência? Perguntou a senhora.

Eu respondi positivamente e ela continuou perguntando se eu conhecia o cantor Pablo e eu confirmei e completei que ele era famoso por esse tipo de música,



pelo estilo arrocha também e até me atrevi a citar uma ou outra música famosa do cantor em questão.

— Eu sei, doutor, que o Pablo é uma expressão dessas músicas, mas o meu vizinho acorda às 6h da manhã e coloca esse Pablo pra tocar e só desliga 10 ou 11h da noite. É o dia inteiro sem parar. E o pior é que não é todo o disco do cantor, é só uma música. Imagine o senhor, ouvindo a mesma música das 6h da manhã às 11h da noite, lamentou a idosa.

Curioso, eu questionei qual seria a música. E ela prontamente respondeu:

— A música é a única que toca e ele passa o dia inteiro voltando, é aquela tal de "Bilu, bilu, bilu, bilu...".

Após a resposta inusitada, eu já não conseguia mais ouvir aquela senhora, eu precisava sair da sala com urgência e então, corri para o banheiro, onde me permiti cair na gargalhada. Até precisei de um tempo para retomar as energias depois de ter rido tanto da situação. E, afinal, nem eu descobri qual era a música....

"Um fato histórico importante"

(Por Benedito Wilson Corrêa de Sá)

Esse caso aconteceu na Comarca de Breves, onde eu era Titular na época.

Uma senhora participava de uma audiência de justificação para conseguir registrar um filho, que não foi registrado na data devida. Ela queria muito o registro deste filho, que já era inclusive adulto.

Então, a juíza começou a indagar da senhora, que se dizia a mãe, se havia algum fato histórico importante que ela pudesse relacionar, algo que tivesse acontecido no ano do nascimento daquele filho ou qualquer coisa parecida, já que a mulher não sabia o ano, nem o mês, nem sequer o dia do nascimento. Não sabia ou não lembrava absolutamente nada sobre a data do nascimento do filho!

Após pensar sobre a pergunta da juíza, a mulher respondeu:

— Doutora, eu me lembrei de uma coisa muito importante que aconteceu naquele dia.

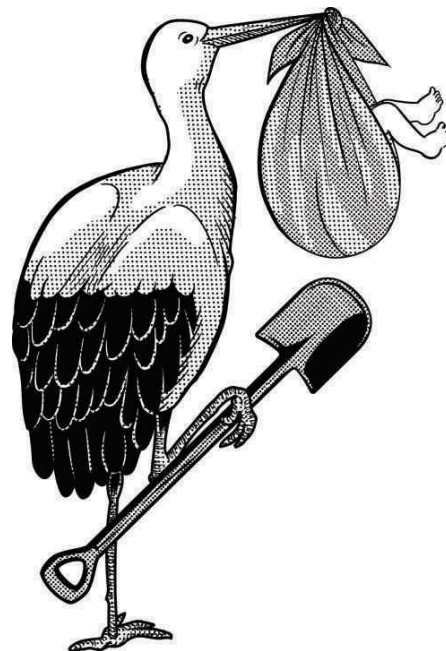
A afirmativa até animou a juíza, que esperava o sucesso da audiência.

— Então, a mulher completou:

Quando eu senti dor para ter o neném eu tava "coivarando" (limpando) uma roça, eu lembro muito bem disso, afirmou a mulher de forma animada.

A juíza apenas olhou para mim e para os demais presentes sem saber o que fazer.

Percebendo que sua resposta não havia sido satisfatória, a senhora mudou de semblante, olhou para o seu advogado e falou firmemente:



— Eu não te disse que isso não ia dar certo?

O advogado, que tinha orientado anteriormente a senhora, ensaiado algumas perguntas - que não coincidiram com aquelas que a juíza fez - pegou uma baita esculhambação da juíza e a mulher acabou passando vergonha e não conseguindo a autorização para registrar o filho fora do prazo.

"Um recado do além"

(Por Antônio Lopes Maurício)

Lá pelos idos anos de 1998/1999, eu estava na promotoria de Uruará, quando chegou o comandante da guarnição de polícia, um tenente. Ele me contou que há três sábados seguidos uma mulher, que dizia ser do estado do Espírito Santo, ligava para o destacamento e pedia para falar com o comandante, ele sempre atendia e a mulher narrava a mesma história. Ela afirmava nunca ter estado no Pará e dizia sempre que tinha uma irmã, que morava em Uruará, detalhando inclusive o travessão onde seria o endereço desta.

Segundo seu relato, a irmã aparecia para ela em sonho e dizia que o marido a teria matado e ela estava enterrada próximo ao igarapé, nos arredores do lote onde eles moravam, perto de uma árvore. A mulher contava que inicialmente achava que era só um pesadelo, mas ficou encucada quando o casal mandou os filhos para a casa da avó, no Espírito Santo.

Apesar de ela ligar todo sábado, contando sempre a mesma coisa, o tenente nunca acreditou na história e pediu para que ela procurasse o que fazer e deixasse de passar trote para a polícia.

Então, no terceiro sábado a mulher ligou de novo, narrando exatamente a mesma história, o que deixou o tenente muito irritado. Ele bateu o telefone, dessa vez, sem deixar que ela terminasse. Apesar de não acreditar na história da mulher, o tenente ficou intrigado pela insistência e resolveu ir até a promotoria para me contar o caso.

Quando ele me contou,



embora também tenha duvidado, sugeri que eles fossem lá no lote e tirassem a prova. Não faria mal algum, pensei.

Segundo a mulher, no sonho, a irmã dela dizia até o nome do marido, que seria um tal Raimundo da Bena.

E então, com o nome do homem e endereço dados pela mulher em sonho, a polícia resolveu ir ao local. Mas, lembraram que estava no período de inverno amazônico e só tinham carro baixo, que não passaria no alagamento. Foi então que eu liguei pro prefeito, contei a história e ele prontamente arrumou um carro traçado, com motorista e tudo para a missão.

De acordo com relatos do tenente, quando chegaram ao local indicado, no lote havia uma mulher com três crianças. Cético, o tenente disse:

— Vocês não estão vendo? Eu disse, tá aí a mulher com os filhos do cara. Isso é sacanagem e a gente caiu.

Apesar da desconfiança, o tenente não podia perder a viagem e foi conversar com a mulher.

— E a senhora como está? Esses meninos do Raimundo como estão? indagou o tenente.

— Tudo bem senhor, mas esses meninos são do Raimundo não. Esses meninos são filhos do meu falecido marido, que era amigo do Raimundo. Quando meu marido morreu eu fiquei sozinha na cidade com eles, passando necessidade e o Raimundo me encontrou um dia e me convidou pra morar com ele, pra eu tomar de conta da casa fazer as coisas pra ele, porque a esposa abandonou ele e foi embora, levando os filhos junto. Eu aceitei e vim. Contou a mulher.

A informação levantou a suspeita da guarnição, então, o tenente perguntou onde estaria o Raimundo. E ela respondeu que ele havia ido caçar, pois eles estavam sem comida e que o tal Raimundo teria ido buscar algo para alimentar a família.

A equipe da polícia se despediu da mulher, mas

ficou escondida nas redondezas da casa, esperando o homem chegar. Lá pelo meio dia, o Raimundo chegou com uma paca nas costas e uma espingarda, usada para caça. A polícia o abordou e pediu que ele colocasse a arma no chão.

— Raimundo, a casa caiu! Vai contando aí o que aconteceu, cadê a tua mulher? Perguntou o tenente de forma ríspida.

Raimundo respondeu com medo:

— Só não me bata não, eu conto tudo, tudinho, até onde o corpo tá enterrado. Só não me bata não, implorou Raimundo. O homem entrou na casa, pegou uma enxada e foi em direção ao rio, onde tinha uma árvore, estavam só os galhos secos encobrindo a terra. Neste lugar ele cavou, cavou e o corpo foi encontrado.

Aos policiais, Raimundo contou como foi: disse que fez tudo com um primo chamado João Batista, conhecido por ser um matador perigoso. João Batista teria visto a mulher do Raimundo passeando com outra pessoa na cidade.

— Olha Raimundo, eu vi tua mulher te traindo lá na cidade, não foi ninguém que me disse não, eu vi! Afirmou João Batista. E completou: na nossa família, você sabe, se a mulher bota chifre no marido ela morre e se você não matar ela eu mato vocês dois, ameaçou.

Para não levantar suspeitas, Raimundo contou que teria inventado uma história: a de mandar os filhos para a casa da avó, no Espírito Santo, pois não queria que eles presenciassem o homicídio ou que dessem falta da mãe.

Para atrair a vítima, os primos inventaram uma pescaria e com um revólver dado por João Batista, Raimundo teria acertado uma das balas na mulher. O tiro não a matou, por isso, o primo concluiu o homicídio com pauladas e ambos a enterraram naquele local, próximo a uma árvore, em frente ao igarapé.

Após a confissão e o aparecimento do corpo, a

polícia prendeu o Raimundo e foi atrás de João Batista, mas não conseguiu prendê-lo, pois o primo era esperto e construiu uma casa no morro, de onde ele podia ver a estrada e quem por ali passava e, quando viu a polícia, fugiu.

Tempos depois eu fiz o julgamento do Raimundo, réu confesso, que foi condenado. Continuamos a busca pelo primo João Batista. Durante a investigação, descobrimos que ele estava morando em uma cidade chamada São Francisco do Guaporé, em Rondônia. Eu entrei em contato com a polícia da cidade, falei com o Major e enviei o mandado de prisão por fax. João Batista foi preso e de lá conseguimos trazê-lo para Altamira e de Altamira para Uruará. Eu também fiz seu julgamento e ele foi condenado a mais de 20 anos de cadeia.

Diante de tudo isso, posso afirmar que não devemos duvidar de nada. Eu só acreditei porque participei do desenrolar da história desde o início, caso contrário, jamais daria crédito para uma denúncia baseada em sonho.

ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - AMPEP

Dados Técnicos

Organização

Coordenação e Edição:

Luiz Flávio Matta Costa (Jornalista 1216-DRT/PA)

Edição Textual:

Gabriela de Fátima Salvador Dutra da Costa (Jornalista
1248 - DRT/PA)

Conselho Editorial:

José Edvaldo Pereira Sales

Alexandre Marcus Fonseca Tourinho

Paula Caroline Nunes Machado

Ilustrações: Laís Brasileiro

Diagramação: Izaias de Oliveira Monteiro

Tipo de Papel: Ap 90g e supremo 250g

Impressão Gráfica

GRÁFICA GSI

